

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO EM
CONTEXTO INDIGENA INTERCULTURAL
MESTRADO PROFISSIONAL

DINEVA MARIA KAYABI

LETRAMENTO: APRENDIZAGENS PELAS NARRAÇÕES DAS HISTÓRIAS
KAWAIWETE

BARRA DO BUGRES-MT

2024

DINEVA MARIA KAYABI

**LETRAMENTO: APRENDIZAGENS PELAS NARRAÇÕES DAS HISTÓRIAS
KAWAIWETÉ**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII) da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. **Cláudia Landin Negreiros**

BARRA DO BUGRES-MT

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

Kayabi, Dineva Maria.

Letramento: aprendizagens pelas narrações das histórias
Kawaiweté / Dineva Maria Kayabi. - Barra do Bugres, 2024.
82f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ensino em Contexto Indígena Intercultural/BBG-
PPGECII - Barra do Bugres - Mestrado Profissional, Campus
Universitário de Barra do Bugres "Deputado Renê Barbour".
Orientadora: Cláudia Landin Negreiros.

1. Povo Kawaiwete. 2. Narrativas Oraís. 3. Ensino. 4.
Aprendizagem. I. Negreiros, Cláudia Landin. II. Título.

UNEMAT / MT-SCB

CDU 37.014.22:376

DINEVA MARIA KAYAB

**“LETRAMENTO: APRENDIZAGENS PELAS NARRAÇÕES DAS HISTÓRIAS
KAWAIWETE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI - da Universidade do Estado de Mato Grosso CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO, *Campus* Univ. Dep. Est. “Renê Barbour” – Barra do Bugres - MT, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Aprovado em: 24 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA LANDIN NEGREIROS**
Data: 24/04/2024 18:13:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cláudia Landin Negreiros
Universidade do Estado de Mato Grosso

Orientadora - UNEMAT

Documento assinado digitalmente
 **ALCEU ZOIA**
Data: 24/04/2024 18:20:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alceu Zoia
Universidade do Estado de Mato Grosso
Examinador Interno - UNEMAT

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA OLIVEIRA DE SALES**
Data: 07/05/2024 11:48:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Adriana Oliveira de Sales
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Examinadora Externa - UFMS

DEDICATÓRIA

Figura 1 - Eu e minha mãe



Fonte: Dionisio Maraiup, 2023.

Quero dedicar este trabalho à minha mãe que sempre esteve ao meu lado para que não desistisse. Sou muito grata a ela por tudo que me fez durante sua vida para que um dia pudesse chegar onde cheguei.

Minha mãe sempre foi a minha inspiração... Nas minhas dificuldades buscava forças nela, e tudo que sou hoje devo a ela... Estive e ela esteve comigo, me aconselhando, me apoiando até os últimos dia da sua vida.

Minha mãe Maria Brites nasceu em 05 de setembro de 1953 e partiu neste ano de 2024, no dia 25 do mês de fevereiro. O dia que minha mãe nasceu iniciou uma vida com muita coragem e foi assim com muita coragem e mesmo em sofrimento apoiando e tendo cuidados com as filhas que ela se despediu deste mundo. Minha mãe sempre foi minha amiga, com ela aprendi que a mulher precisa ter muita coragem... Na história dela, perdeu

o pai comido por uma onça quando ela tinha um mês de idade, e assim minha avó teve que casar com outro homem, e este não lhe dava valor, nem apoio... Como minha mãe ficou órfã de pai e mãe, o padre João Dornstouder, a levou para o Utiariti. Lá ela ficou até formar como auxiliar de enfermagem... Minha mãe passou por muitos desafios e nunca se tornou uma pessoa nem triste e nem amarga, sempre carinhosa e mulher de coragem.

Depois veio de volta para a aldeia Tatuí e trabalhou como auxiliar de enfermagem, encorajou muitas mulheres, principalmente suas filhas a buscar o caminho da felicidade, das lutas, da cultura, mesmo que ela tenha ficado muito tempo longe do povo, nunca esqueceu a nossa língua materna.

Casou-se com meu pai e com ele teve seis filhos, 02 homens e 4 mulheres. Hoje apenas as mulheres estão vivas!

Essa mulher de coragem é que me ensinou artesanatos, nossas comidas, o cuidado na roça, fazer bordados, cuidar de criança... Com minha mãe aprendi tudo que sei fazer que é da nossa cultura. Ela também sempre me incentivou a participar das lutas.

Ela dizia...vai minha filha, no meu tempo eu não pude fazer isso, fiquei muito tempo no Utiariti, e as irmãs não deixava...

Quando estava fazendo as últimas arrumações na minha dissertação e isso já depois da partida da minha mãe, para diminuir a saudade ouvi e vi muitos áudios dela, e em alguns ela disse assim para mim:

Essa filha é do meu orgulho mesmo...Tá bom...se cuida

Todas as minhas viagens ela falava pra mim se cuida.

Ela gostava de ver minhas fotos

Fiquei contente de ver você assim com mão na cintura, cabelo solto e linda mesmo!

Sinto muita saudade da minha mãe.

É para minha mãe Maria Brites que dedico esse trabalho.

Minha mãe continua comigo no meu coração, espiritualmente, e em tudo que ela me ensinou.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu esposo Dionisio Mairaup e meus filhos e filhas Lucas Mairaup Mani Kayabi, Thais Mairaup Mani Kayabi, Gizeli Mairaup Mani Kayabi, Diego Mairaup Mani Kayabi, Diogo Mairaup Mani Kayabi, Jhonatan Mairaiup Mani Kayabi, Nathalia Mairaiup Mani Kayabi, Yuri Mairaiup Mani Kayabi, maria Vitória Mani Kayabi e Taireki Mairaiup Mani Kayabi, meus netos e netas Yuri Mani Rikibatsa, Eduarda Mani Rikibatsa, Lorena na Gabrielly, Mani Burum, Laís Ereki Mairaiup Kayabi, Emanuel Awarai mairaup kayabi, Pietro Augusto Mairaiup do Nascimento, Gael Mairaiup do Nascimento, João Pedro Mairaiup do Nascimento, minhas noras Gislaine Criciúma Burum e Karine Mau Kayabi que fazem a vida valer a pena, e família, também as minhas irmãs Dazia Maria Mani, Dilma Maria Mani, Monica Maria Mani que de alguma forma me ensinam a ser uma pessoa melhor e me fortalece.

Mesmo não estando neste mundo, essa conquista que não é apenas minha, me faz lembrar dos meus irmãos que já não está mais entre nós Aguinaldo e Valdinei Ryweyup.

Também agradecer a minha comunidade que nunca disseram não para mim, que sempre estiveram me ajudando e me orientando, a todos da comunidade a minha gratidão.

Esta é a minha palavra, gratidão, por terem me orientado neste aprendizado que tenho. Esse aprendizado é para ajudar meu povo e os povos que precisam.

Agradeço ao Cacique anterior e o atual e as lideranças da minha comunidade e FUNAI, na pessoa do senhor Nicolau Neto Morimã pelo apoio na realização da pesquisa.

Meus agradecimentos a Universidade do Estado de Mato Grosso e ao PPGECH – programa que me recebeu como mestranda. Agradeço ao Coordenador passado e ao atual que me apoiaram na permanência deste mestrado.

Agradeço a minha orientadora **Cláudia Landin Negreiros** que teve muita paciência e com quem compartilhei minhas dúvidas durante a pesquisa, também aos professores e professoras que me deram aula durante o mestrado. Também minha gratidão a professora Adriana e ao professor Alceu Zoia.

Obrigada por me apoiarem pois, muitas vezes tentei desistir... Desistir do mestrado porque estava muito envolvida na luta, nos eventos de defesa do meu e dos outros povos... Porque estava junto com outras lideranças indígenas e não indígenas, do país e de outros países pensando um mundo melhor, um clima melhor, e também nas lutas das mulheres indígenas. O meu tempo era pouco.

O apoio para que não desistisse, agradeço a várias pessoas, entre elas a minha professora, amiga e comadre Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira, que sempre apostou em mim, sou muito grata a ela, que nos momentos mais difíceis da minha vida sempre está ao meu lado dando forças e coragem. Nem sempre é fácil continuar a luta no meio acadêmico mas temos a nossa fé em DEUS, tenho a coragem que aprendi com minha mãe, tenho o compromisso de lutar pelo meu povo, tenho o compromisso de ser professora e esse compromisso me fez ter coragem e continuar o mestrado.

Agradeço a OPAN, em nome de Andréia Ferraz pelo apoio nessa caminhada e a todos e todas que estiveram comigo na COP.

Aprendo que tudo tem seu tempo e este tempo passa, por isso não se pode fugir da luta no tempo certo!

Agradeço aos professores e Professoras, especialmente alunos e alunas da Escola Estadual Indígena de Educação Básica Juporijup que contribuíram com minha pesquisa. E especialmente aos anciãos e anciãs da comunidade que são os detentores de conhecimentos da nossa cultura, eles são os verdadeiros mestres Kawaiwete.

RESUMO

Esta pesquisa é sobre uma prática de ensino realizada na Escola estadual de Educação Básica Juporijup com os estudantes do ensino fundamental dos anos iniciais, 4º e 5º ano, e teve como objetivo geral o ensino e as aprendizagens por meio de narrativas Kawaiwete. Tem como objetivos específicos: compreender que a história do povo Kawaiwete é o que dá sentido à vida do povo; aprender sobre as histórias desse povo para poder passar para as outras gerações; registrar, não apenas na oralidade, mas também de forma escrita essas histórias. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo participante, com todos da comunidade: pesquisadora, anciãos, lideranças, alunos e professores. Uma proposta de colonial de aprender aprendendo e pesquisando no interior dessa comunidade, e mesmo com o uso e o registro da língua portuguesa, os textos são sobre o povo Kawaiwete.

Palavras-chave: Povo Kawaiwete. Narrativas orais. Ensino. Aprendizagem.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPI - Conselho Nacional de Políticas Indigenistas

COP – Conferência das partes

FEPOIMT- Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso

FUNAI – Fundação Nacional dos Indígenas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

RCNEI – Referencial Curricular Nacional Para Escolas Indígenas

OPAN – Operação Amazônia Nativa

UFMT – Universidade Federal do Estado de Mato Grosso

UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FOTOGRAFIA

Figura 1 - Eu e minha mãe	5
Figura 2 - Sucuri de chifre no poção	27
Figura 3 - Mãe da água	29
Figura 4 - Pai da mata.....	30
Figura 5 - Reunião dos alunos com o ancião contando história.....	32
Figura 6 - Alunos produzindo desenhos e texto.....	33
Figura 7 - Professora cazarina com os alunos.....	34
Figura 8 - Alunos desenhando e escrevendo textos	35
Figura 9 - Manifesto.....	41
Figura 10 - Ofício à FUNAI.....	44
Figura 11 - Capa do relatório final Juruena Vivo.....	47
Figura 12 - Preparando Chicha de arroz	48
Figura 13 - Saída da reclusão	49
Figura 14 - Nathalia com sua família	49
Figura 15 - Roça de toco	52
Figura 16 - Roça plantada	53
Figura 17 - Feijão	54
Figura 18 - Cará	55
Figura 19 - Peneira com Grafismo Grão de Milho (Awasi)	56
Figura 20 - Grafismo de volta de cipó e Kwasiapat	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. KAWAIWETÉ NO RIO DOS PEIXES; JEITO DE VIVER	21
2.1 O Povo Kawaiwete da Aldeia Tatuí.....	21
2.2 Sobrevivência, Recursos Naturais e cultura..	24
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	32
4. A ESCOLA E A PRÁTICA DO LETRAMENTO INDÍGENA	37
4.1 A narração de história (pelos anciãos) como letramento na aldeia Tatuí....	50
4.2 Produto pedagógico: história do povo Kawaiweté	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Eu, Dineva Maria Kayabi, moro na Aldeia Tatuí desde o ano de 1978, ano que nasci, e sou filha de Aluísio Manonuitsa Mani Rikbatsa e Maria Brites. Meus pais se separaram quando eu era criança, somos uma família de seis filhos, dois meninos e quatro meninas, sendo que um menino é falecido recém-nascido e o outro, infelizmente, morreu em 2008.

A aldeia que nasci é a mesma que resido até hoje, localizada às margens do rio dos Peixes, no município de Juara - MT, na Terra Indígena Apiaká/Kayabi.

Sou casada e mãe de dez filhos, um deles é falecido, e o óbito ocorreu ainda quando era recém-nascido. O falecimento se deu no hospital de Santa Casa em Cuiabá, no dia 30 de novembro de 2013. Também sou avó de quatro netos e três netas.

Desde criança estudei na aldeia com as irmãs da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição¹, quando criança havia na aldeia apenas os anos iniciais da 1ª à 4ª série.

As aulas das irmãs eram bem rígidas, ninguém podia chegar sem ter feito as tarefas, se não apanhava e ficava de castigo. Sempre procurei ter minhas tarefas em dia, e alguns alunos iam sem fazer, e a consequência disso era apanhar e ficar de castigo; outros levavam ainda esfregões de caderno no rosto por não terem feito também suas tarefas; e ainda outros que ficavam de castigo de joelho durante a aula.

Relembro que na minha infância havia um chinelo colorido para ir à escola, e a minha bolsa era uma sacola de arroz de cinco quilos, com as alças feitas de cipós. Colocava essa bolsa nas costas, e mesmo com a rigidez, era feliz da vida e ia para a escola.

Eu tinha uma atividade obrigatória que era de ajudar a encher galão de 60 litros de água, pois na época era preciso carregar a água no balde até à horta que ficava bem longe do rio; todos os dias eu fazia isso para molhar a horta.

Depois de ter feito o dever para as irmãs, minha mãe me colocava para fazer as tarefas da escola e de casa. Eu quase não tinha tempo para brincar, pois minha mãe nos ocupava todos os dias para ir à roça para plantar, carpir o pátio, ir ao mato pegar castanha para tirar o leite e

¹ A Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição foi fundada em 12 de julho de 1890, em Nova Trento, Santa Catarina-Brasil, por Amábilis Lúcia Visintainer. A congregação tem como lema “ide por todo o mundo.” Estiveram presentes com meu povo Kayabi desde 1975 até os dias atuais. Vieram para a aldeia no dia 02 de fevereiro de 1975.

fazer o óleo para fazer comida. Também tinha que ajudar na comunidade, buscando cana para fazer melado e açacão (açúcar mascavo).

Também trabalhava na roça comunitária, pois as mães tinham que levar as crianças para ajudar na roça a colher arroz. Outra atividade que tínhamos que fazer, era os nossos artesanatos para uso, como o colar de tucum, mas também ajudar a nossa mãe a manter a casa, fazendo colar para trocar na cooperativa da irmã Helvécia. Dessa forma, a irmã nos trazia as mercadorias, tais como: tecido, açúcar, café, sabão, sal, etc, para trocar com as famílias.

No ano de 1995, saí da aldeia e fui morar em Juara, com uma família não indígena, era o chefe do posto da Fundação Nacional do Índio - Funai, nessa cidade. Lá, estudei até à 8ª série do ensino fundamental. Em 1997, eu engravidei, e no mesmo ano, tive um menino, e como ficou difícil continuar meus estudos, voltei para a aldeia. Além disso, a escola da aldeia estava precisando de professora, e foi assim que voltei e comecei a trabalhar como voluntária nos anos de 1998 a 2000.

Retornando à aldeia, eu me casei em 2000, dia 23 de julho desse ano, nasceu minha filha Thaís; ela nasceu de sete meses e tem Síndrome de Down. Em 2001, fui contratada pelo município para continuar a função de professora, aceitei e assumi, mas meu sonho era ser enfermeira. Nessa época, queria fazer muito o Projeto Xamã², mas eram as irmãs que escolhiam quem ia fazer o curso.

Enquanto desenvolvia a função de professora, compreendi que era necessário buscar capacitação e logo veio o projeto Rayo³, em 2008. Nesse momento, a comunidade escolheu cinco professores para participarem dessa formação, e eu estava entre essas pessoas escolhidas.

² O projeto Xamã foi coordenado pela Secretaria de Estado de Saúde através da Escola Técnica de Saúde, hoje denominada Escola Pública de Saúde de Mato Grosso. A formação iniciou-se em 1997 foi concluída em 2000, com formatura em 2001. Participaram desse projeto os Agentes Indígenas de Saúde, voluntários, e os atendentes, os mesmos deveriam ter a aprovação da comunidade. O curso funcionou em Tangará da serra e as pessoas aqui da aldeia Tatuí foram escolhidas pelas Irmãzinhas para participar desse curso.

³ O projeto Rayo é um projeto de formação de professores indígenas em nível de Magistério Intercultural. O foi realizado em diferentes polos, sendo eles: Juína, Canarana, Campinápolis, Pólo Xingu e Pólo Leonardo. O curso é dividido em etapas presenciais e intermediárias. As etapas presenciais foram durante as férias escolares, nos períodos de janeiro, fevereiro e julho de cada ano letivo. As etapas intermediárias são atividades desenvolvidas pelos cursistas na prática pedagógica de sala de aula. As atividades foram acompanhadas e orientadas pelos técnicos da Gerência de Educação Escolar Indígena da Seduc, juntamente com o CEI - Conselho de Educação Escolar Indígena. O projeto atendeu 31 etnias, entre elas: Arara, Cinta Larga, Zoró, Tapirapé, Karajá, Mynky, Guató, Chiquitano, Kayabi, Paresí, Irantxe, Munduruku, Apiaká, Rikbaktsa, Xavante, Bororó, Nambikwara, Kuikuro, Kalapalo, Nafukuá Matipu, Mehinako, Waurá, Kamayurá, Yawalapiti, Aweti, Ikpeng, Trumai, Suiá e Kayabi. <https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/seduc>

Das cinco professoras, todas concluíram seus estudos. Foi também no ano de 2008 que a escola se estadualizou. Nesse período estava no governo o senhor Blairo Maggi e o senhor Ságuas Moraes era o Secretário de Educação. Com a experiência em sala de aula e a participação no curso, fui desenvolvendo o gosto pelas atividades na educação escolar indígena.

Em 2011, com o Edital da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, fiz vestibular para o Curso de Pedagogia Intercultural, na Faculdade Indígena intercultural - FAINDI no Campus de Barra do Bugres. Fui aprovada e o segundo sonho, o de ser pedagoga, se realizou. Fiquei muito feliz ao ser aprovada.

No decorrer dos estudos, fui melhorando e compreendendo o mundo em que vivemos, as diversidades que havia dentro e fora da universidade. Fui me aproximando da luta dos direitos indígenas em vários espaços, e também procurei compreender o quanto a educação escolar pode contribuir com os povos indígenas desde que nós sejamos protagonistas dos nossos próprios projetos.

Ampliei minha participação em diversos movimentos dos povos indígenas e foi assim que, em 2013, fui eleita para compor o conselho do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas de Mato Grosso - CNPI. Esta eleição ocorreu em Cuiabá, na sede da Operação Amazônia Nativa - OPAN. Éramos quatro candidatos, três homens e uma mulher: eu, Dineva Maria Kayabi.

Foi um grande desafio, expus minha fala e fui eleita. Essa eleição foi muito importante, pois estava como mulher indígena ocupando um lugar que quase sempre é ocupado apenas por homens. Esse resultado estava também ligado ao apoio recebido da liderança Adecir Vela Arara, que sempre vinha apoiando as mulheres para ocupar o espaço. Ele era o coordenador da região noroeste, que coordenava vários seminários na minha região.

Fui também diretora da Escola Estadual Indígena Juporijup, localizada na aldeia Tatuí do ano de 2010 ao ano de 2013, e com o apoio da comunidade, consegui implantar o ensino médio e uma sala especial para as crianças com deficiências.

O meu objetivo sempre foi construir uma escola forte, que atendesse à comunidade, e que realizasse um trabalho conjunto, com diálogo e com saberes do meu próprio povo. Como professora e também como diretora estive junto a muitos projetos e eventos da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Juara e também de Barra do Bugres.

Junto à Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, em cooperação com a Universidade do Estado de Mato Grosso, iniciei minha participação no projeto Ação Saberes

Indígenas na Escola⁴, em 2016, sendo a Coordenadora local da Escola Estadual Indígena de Educação Básica Juporijup. Sei o quanto é importante este projeto em nossas escolas, pois com esse projeto, coordenei trabalhos coletivos de letramento e numeramento, cujo resultado dessa coordenação resultou na publicação de dois livros.

Em 2022, continuei minha função na docência e na militância no Movimento Indígena e Movimento de Mulheres Indígenas, e esse trabalho de militância me levou a ser escolhida como Coordenadora do Departamento de Mulheres indígenas da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT. Ainda em 2022, participei da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 27, no Egito, na sequência participei da formação de gêneros e clima em Roraima, na aldeia Lago Cara Caranã

Para falar da minha participação política no movimento escrevi um pouco do relato de algumas ações e lugares que estive dividindo com o mestrado, participei da Assembleia das Mulheres de Mato Grosso, na minha aldeia mesmo, estiveram presentes 300 mulheres e aconteceu nos dias 06 a 09 de maio de 2022, isso para compor o departamento de mulheres.

No dia 05 de agosto participei da assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que compõe nove estados brasileiros, que são Amapá Pará, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Acre e Roraima. Nessa assembleia fui indicada pela Organização das Mulheres de Mato Grosso TAKINA a presidente Alessandra foi quem fez minha indicação por conhecer as ações que desempenho dentro do estado, compus a equipe e fiquei como vice tesoureira da COIAB, após ser indicada e eleita fui compor as agendas da organização.

Mesmo estando no mestrado continuei participando porque como liderança mulher o meu povo e outras etnias acreditaram em mim, então sempre foi um compromisso. Na última semana de outubro de 2022 participei de uma capacitação em São Paulo para ir a COP no Egito, essa atividade aconteceu a convite da Operação Amazônia Nativa (Opan), o convite é porque há anos estamos na luta pelo Juruena Vivo, pela manutenção dos nossos rios porque dele sai os nossos alimentos e a nossa água, são ações de luta contra os empreendimentos hidrelétricos

⁴ A ação Saberes Indígenas na Escola é uma iniciativa do Ministério da Educação para oferecer a esses professores formação bilíngue ou multilíngue em letramento e numeramento em línguas indígenas e em português. <http://portal.mec.gov.br/>. No estado de Matogrosso a rede é formada com a UFMT, UNEMAT, UFR, faço parte do pólo em que a Unemat coordena, o pólo Sinop-Juara. Participam os povos Kawayweté, Apiaká, Munduruku, Terena, Mebengokre.

nessa bacia hidrográfica. Então fui para representar a Rede Juruena Vivo a qual participa representantes de todo o mundo, entre eles membro da sociedade civil, Governos e os Diplomatas.

O objetivo da formação do Juruena Vivo foi de preparar as pessoas que iam para a COP ocuparem espaço de fala, orientar em qual mesa teríamos espaço de fala. Participei da mesa que falou sobre o Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA) e as siglas que temos que saber a qual espaço estamos. Essa capacitação nos deu condições de entender sobre as mudanças climáticas, a distribuição de benefícios e capacitações de recursos de diferentes organizações.

Depois dessa capacitação segui a viagem para o Egito, para a cidade de Sharm el Sheikh, onde aconteceu a COP-27 entre os dias 06 e 18 de novembro de 2022.

Os encontros sobre a avaliação das mudanças climáticas no mundo e no Brasil continuaram, e procurei ouvir vários parentes para saber a realidade do clima. Acompanhei as mídias e as etnomídias e em maio de 2023, na última semana do mês, fui convidada pela Andreia Fanzeres, que compõe a equipe da Operação Amazônia Nativa (OPAN), para uma formação prévia para a Conferência do Clima em Bonn, na Alemanha, em preparação para a COP28. Neste espaço participei como conselheira da Rede Juruena Vivo, representando a região Noroeste de Mato Grosso. Participei explicando a situação do noroeste, sobre as ameaças que os empreendimentos trazem para os povos indígenas que fazem parte da bacia do Juruena.

Todos os encontros pelo estado de Mato Grosso, Brasil e Internacional tiveram o objetivo de buscar proteção aos povos originários em vários pontos, território, saúde, educação e soberania alimentar. Sempre na busca dos nossos direitos. Em abril participei da organização da ATL – Acampamento Terra Livre em Brasília, com a participação de todos os povos do Brasil, com várias frentes de trabalho, em luta principalmente pela revogação do Marco temporal. Participei mais intensamente da tenda da COIAB, nas discussões das Mulheres Indígenas e da Educação.

Em agosto de 2023 aconteceu a Cúpula da Amazônia a qual participei de várias mesas com temas empoderamentos das mulheres da Amazônia Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA).

Tive uma agenda de ir em vários lugares e ouvir os parentes, como em outubro de 2023, quando participei do encontro com os parceiros que estiveram presentes no Lago Caracaranã, Terra Indígena Reposa Serra do Sol, no estado de Roraima. Nesse encontro, dialogamos sobre as nossas questões climáticas e nos preparamos para a COP27, em Dubai.

Essas são as agendas mais importantes que já participei, não porque as outras não são importantes, nas agendas menores e mais internas, nas pequenas formações que aprendo a ouvir as demandas dos povos. Sempre estou aprendendo a respeitar as tomadas de decisão nas coletividades. Cresci muito, tanto na vida pessoal como na profissional, porque mesmo indo e vindo, não deixei a escola.

Compreendo que essas vivências tem me ajudado mais ainda preciso cada dia ser melhor do que ontem, sempre com respeito aos outros para que posso ser valorizada e respeitada. Busco contribuir com as mulheres da minha comunidade local e as demais de outros lugares. Também procuro atender a minha escola sempre da melhor forma, estando junto ao meu povo organizando eventos, fazendo aulas significativas junto com os alunos e ajudando nos projetos da escola, como Projeto Ação Saberes Indígena – ASIE, que venho participando desde 2016 até hoje na coordenação.

Faz parte dessa luta na educação produzir materiais específicos e atualmente, temos duas publicações de livros indígenas Kawaiwete. A escola ganhou outro olhar de ensino e aprendizados tendo o seu próprio material pedagógico para ensinar os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena de Educação Básica Juporijup.

Faz parte da minha formação profissional ter participado três vezes como professora no ensino superior, na turma da Pedagogia Intercultural, uma vez como professora titular, este foi um aprendizado muito significativo.

Em 2024 fiquei muito contente porque estive novamente na FAINDI, como auxiliar da minha orientadora Cláudia Landin Negreiros, com a disciplina com ela aprendi, sobre a produção de texto, ela trabalhou com o livro do professor Márcio Corezomaé, Marcelo Manhuari Munduruku, Naine Terena, Eliane Ferreira de Lima (Bakairi), trouxe uma experiência incrível para a minha formação. A metodologia de trabalho da minha orientadora ajudou a pensar em como posso também desenvolver trabalhos na aldeia.

Todos esses movimentos de participar nos encontros, nas formações, na escola, na Faindi, em projetos, me levam a pensar que o mundo é gigante, que muitas vezes compreendemos e sabemos mais dos outros do que de nós mesmos, e que o meu povo é muito importante, pois somos parte deste país chamado Brasil. Como povos originários, estamos e precisamos estar a todo tempo nos movimentos como forma de garantir os nossos direitos.

É também direito das crianças Kawaiweté conhecerem o mundo e o seu próprio mundo cultural, pelas narrativas das histórias que fortalecem nossa identidade como Kawaiweté.

Assim, desenvolver esta pesquisa sobre como fazer o letramento com as narrativas da história do meu povo é muito importante, porque nós temos muitas histórias que dão sentido à nossa vida, por exemplo, a história sagrada do povo Kayabi, os lugares sagrados do povo Kayabi/Kawaiweté. Esses conhecimentos são valiosos e precisam ser registrados, fazem parte da memória e da luta do meu povo.

Essas histórias, as lutas com documentos, nossa forma de viver com a cultura são também quando estão na escola formas de letramento e estão interligados e usados na nossa vida em sociedade.

As gerações passadas, a presente e as futuras, devem saber e ajudar nesse movimento, que também pode estar dentro da escola. O trabalho é um instrumento para o fortalecimento cultural, pois, nesses lugares, está a memória dos nossos antepassados, o nosso saber da oralidade.

Trabalhar com a oralidade, com as narrativas, é uma forma de fazer o letramento indígena. Como orientadora de estudo do Projeto Saberes Indígenas na Escola, juntamente com a UFMT e a UNEMAT, os estudos foram para que possamos realizar letramento e numeramento na escola a partir dos saberes da nossa cultura. Então, essa pesquisa é importante porque fortalece a escola indígena. Ela está de acordo com a luta do movimento indígena, com a Constituição Federal de 1988, que garante os nossos direitos, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - e com o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas - RCNEI, documentos e leis que afirmam que a educação escolar indígena deve ser própria de cada povo, com seus costumes, crenças e ainda bilíngue, multilíngue, intercultural e diferenciada.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o ensino e as aprendizagens por meio de narrativas Kawaiwete. Tem como objetivos específicos: compreender que a história do povo Kawaiwete é o que dá sentido à vida do povo; aprender sobre as histórias desse povo para poder passar para as outras gerações; registrar, não apenas na oralidade, mas também de forma escrita essas histórias

Com o desenvolvimento da pesquisa, questiono: Será que a participação dos alunos na pesquisa junto aos anciãos fará com que haja uma aprendizagem? A produção escrita terá mais sentido para as crianças? O letramento indígena se dá a partir de um gênero textual específico que são as nossas narrativas próprias?

A pesquisa se justifica porque, nos dias atuais, é necessário fazermos a decolonialidade, ou seja, é preciso que valorizemos a nossa cultura, desfazendo o que foi nos imposto desde que disseram que tinham descoberto o Brasil, mas que na verdade tinham mesmo é nos massacrado e silenciado os nossos direitos. O movimento indígena tem responsabilidade com todas as mudanças e resistência, primeiramente cada povo resistiu, agora estamos organizados. Um lugar de organização é a escola se construindo intercultural, trazendo para ela os nossos próprios conhecimentos. Então, a pesquisa se justifica porque, na escola, devemos fazer o letramento indígena com nossos próprios textos, nossas próprias histórias, sem esquecer que existem outras.

Assim, este texto está organizado da seguinte forma: tem a INTRODUÇÃO onde falo um pouco de mim, os objetivos da pesquisa e meu envolvimento no movimento indígena durante o mestrado.

Depois com o título KAWAIWETÉ NO RIO DOS PEIXES; JEITO DE VIVER, falo sobre meu povo e como vivemos no nosso território, na aldeia Tatuí. Em seguida o título: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA, ponde apresento como a pesquisa foi sendo realizada com a participação dos alunos e da comunidade, principalmente com os anciãos.

Logo em seguida apresento sobre A ESCOLA E A PRÁTICA DO LETRAMENTO INDÍGENA, aprofundando como fomos fazendo a pesquisa, e, o letramento com os documentos feitos no movimento indígena, o letramento com as nossas histórias próprias e encerro com as CONSIDERAÇÕES FINAIS.

2. KAWAIWETÉ NO RIO DOS PEIXES; JEITO DE VIVER

Vou apresentar como o meu povo que está na aldeia Tatuí, as margens do rio dos peixes vivem, para isso as leituras, e as observações e o meu próprio conhecimento ajudou na escrita.

2.1 O Povo Kawaiwete da Aldeia Tatuí

O Povo Kawaiwete foi anteriormente denominado de kayabi pelos não indígenas. De acordo com Grunberg (2004, p. 75), “a região do Rio Teles Pires e do Rio dos Peixes é habitada pelos Kayabi”. O povo Kawaiwete, foi e também é ainda conhecido como Kayabi, morava no Batelão, que fica no município de Tabaporã - MT. No site do Instituto Socioambiental - ISA (2015), encontra-se a informação que, no final do século XIX, aconteceram muitos conflitos entre os seringueiros, viajantes e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na primeira metade do século XX, a área Kayabi foi sendo ocupada e os índios foram levados para trabalhar nos seringais.

Em 1949, chega na região do Teles Pires a Expedição Roncador-Xingu, comandada pelos irmãos Villas-Bôas, que encontrou o povo Kayabi em conflito e sem apoio na luta pelas terras; o apoio era dado apenas pelo missionário católico João Dornstauder. Assim, muitos foram levados para o Xingu, e essa ação aconteceu no ano de 1966. E ainda no site do ISA está a informação de que foram levados de avião até essa localidade, em uma ação que ficou conhecida como Operação Kayabi⁵; os demais ficaram na região do Rio dos Peixes, na aldeia Tatuí.

A aldeia Tatuí faz parte do Território Apiaká-Kayabi, um território Homologado; o Território Indígena Apiaká/Kayabi foi homologado em 26/12/1991, com 109 mil hectares, habitado pelos povos Apiaká, Kawaiweté (Kayabi) e Munduruku.

Nosso território originário é o Batelão, mas atualmente, moramos nas margens do rio dos Peixes.

O meu povo, que hoje está às margens do rio dos Peixes, antes habitava o Batelão, que é a nossa terra de origem. Mesmo morando no Batelão, os anciãos Kanisio e Simão Kuapan (Tamui) relatam que a região que hoje estamos era onde eles vinham buscar material para fazer flecha e tirar seringa. O nosso povo andava por muitos lugares como na região do rio

Teles Pires e outros. Contam que era uma mata fechada com muitas árvores e as principais eram as seringueiras e as castanheira (KAYABI, 2016, p.10)

Quanto à constituição familiar,

A família dos Kayabi consiste geralmente de uma extensa família uxorilocal com patripotestas. As filhas ficam morando com seus pais e os homens se transferem para junto de suas esposas, onde são incumbidos de tarefas econômicas pelo pai da esposa, este domina por toda a vida, interesse do convívio social (GRUNBERG, 2004, p. 165).

Meu povo pertence ao tronco Tupi, e a família linguística Tupi- Guarani. Cada um dos grupos étnicos que estão da Terra Indígena - TI Apiaká-Kayabi tem seus costumes diferentes e suas organizações locais de acordo com seu próprio povo. O povo Kawaiwete fala o idioma materno e a língua portuguesa.

Atualmente sabemos que muitos povos indígenas tem suas línguas ameaçadas e isso é resultado do contado com os brancos. Para Martins, Knapp e Sales (2016, p.308) “A realidade atual das línguas indígenas brasileiras é o resultado de uma série de ações planejadas e executadas por não-indígenas contra os povos ameríndios desde o primeiro século de contato”.

A realidade sociolinguística do meu povo na aldeia Tatuí é diversa, há falantes, há os que entendem e não conseguem falar, e também os que conhecem apenas algumas palavras e os cantos no idioma. Todos falamos a língua portuguesa.

Identifiquei 34 falantes fluentemente na língua materna.

Nomes/casais	Idade
Manoel Sabino da Silva (Marido)	70
Joana Joana Kriwi (esposa)	62
Canisio Kayabi(pai)	74
Adriana Yarei Kayabi	30
Jair Kyani Kayabi	32
Taraki Kayabi	40
Poroko Kayabi	50
Ronaldo Navecatu Kayabi	52
Kawaip Katu Kayabi	39
Juliana Yuwikatu Kayabi	38
Tekwa kayabi	44

Gabriel Tawajani Kayabi	34
Murai Kayabi	47
Morekatu Kayabi (casada com Poroko filho de Kanisio)	47
José Ricardo Sirayup	60
Katuryp Kayabi	45
Katu Kayabi	85
Arankwa, Kayabi	45
Tuika Kayabi (Nora de Arankwa)	24
Yemorup Kayabi (Genro de Arankwa)	32
Neuza Neuza Poias (esposa)	58
Raimundo Juwi Kwassari (marido)	59
Maneiwi Kayabi (filha)	19
Towapewi Kayabi(mãe)	56
Lurdes Manejuwi Kayabi	74
Juporete Kayabi	36
Yatuei Kayabi(Nora de Kawaip)	23
Luciano Mendes Tamana	64
Nicolau Jose Kangero (marido)	74
Rosália Aparecida Krimok(esposa)	72
Pianibi Kayabi	32
Pitai Kayabi	31
Kassit kayabi	35
Oweajup Kayabi	28

Esses são os que falam e os que entendem são hoje a maioria na comunidade eles entende mais não falam. Temos preocupação e por isso a escola tem realizado ações para a revitalização da língua, mas ela sozinha não consegue, a comunidade também precisa estar junto. Os casamentos com os não falantes têm mais força, e as crianças tem aprendido mais a língua portuguesa por conta da sociedade, dos meios de comunicação que são todos em português.

A escola vem trabalhando e motivando o quanto é importante manter a cultura e a língua viva mais para isso acontecer precisamos que todos da comunidade se envolvam mais para que não fica so na escola e sim nas famílias nos lugares de encontro em todos os espaço da aldeia ,ai sim teremos um resultados relevantes no fortalecimento da língua materna que volte a ser a primeira língua do povo que volte ao seu primeiro lugar ser falando na comunidade isso é um sonho que tenho mais para isso acontecer precisamos valorizar e saber o quanto é rico está com a cultura viva que é nossa identidade.

Juntos, o povo Apiaká, Kawaiwete e Munduruku, são aproximadamente 1076 pessoas, informação obtida no final do ano de 2024, pelo senhor Nicolau Morimã, chefe da CTL- Coordenação Técnica Local da FUNAI – Fundação Nacional dos Indígenas e a equipe do IBGE local, do município de Juara - MT.

2.2 Sobrevivência, Recursos Naturais e cultura

A nossa terra Apiaká/Kayabi é muito rica em recursos naturais, e é desse território que tiramos grande parte dos nossos alimentos, como frutas, patuá, cajuzinho, murici, castanha, etc. O rio nos dá o peixe para nossa alimentação e também a mata nós dá os frutos e a caça.

O meu povo Kawaiwete vive de caça, pesca, a qual cada família tem seus próprios jeitos de organizar sua família, sempre compartilhando suas caça e pesca entre famílias; outras já possuem o seu sustento de vendas de peixes para a comunidade local e fora da aldeia.

A maioria das famílias é beneficiada pelo bolsa família, e são as mães que fazem as compras do mês para casa; há também os alimentos que são extraídos da roça e da mata, como a castanha do Brasil, outra fonte de renda que existe nas famílias da comunidade Tatuí.

No caso da castanha, ela é retirada para ser alimento dentro da aldeia, mas também é vendida. É a cooperativa COPAVAM – Cooperativa do Vale do Amanhecer que sempre faz o contrato com a comunidade para a compra da castanha. Esse recurso tem ajudado várias famílias Kawaiwete.

O artesanato também é um meio que as mulheres Kawaiwete confeccionam muito, pois ajudam na renda familiar, mas nem sempre elas saem para vender, somente quando há eventos fora da aldeia é que elas conseguem negociar; elas vendem ou trocam por aqui mesmo, na aldeia, entres mulheres da comunidade.

Outras fontes de rendas são os aposentados, pensionistas, Agente Indígena de Saúde (AIS), Agente Indígena de Saneamento (AISAN), enfermeira, professores, auxiliares de

limpezas, TAE- Técnico administrativo educacional e nutrição; são essas rendas que há em nossa comunidade, e cada família tem as suas rendas, independentemente de serem empregadas ou não, pois sempre tiveram o seu sustento para ter a sobrevivência com a qualidade de vida boa, com alimentos do próprio povo.

O sustento é conseguido, então, de várias formas com rendas, mas também com o plantio de alimentos na própria aldeia. Um meio de cada dia nos fortalecer com os nossos alimentos tradicionais é continuar fazendo roças, pois assim teremos uma presença forte da nossa cultura de alimentos e de saúde na nossa comunidade. Nossa comunidade possui essa preocupação, e é por isso que sempre a comunidade busca a cada dia melhorar as nossas sementes tradicionais, guardando-as para que não se percam.

Os artesanatos são um papel fundamental para a nossa prática cultural, não tem como fazer uma prática cultural, uma apresentação, sem os nossos artesanatos, os quais usamos como adorno da nossa identidade, eles são conectados com a nossa natureza, com as nossas ancestralidades, e que dão a beleza em nossa festa cultural, cada um com seus significados. Também as pinturas corporais do meu povo são importantes porque são elas que transmitem os significados que somos Kawaiwete. Cada pintura também tem o seu significado.

Portanto, a cada dia temos que motivar e incentivar para que as crianças, os jovens e os adultos mantenham o amor à cultura, que tenhamos força em manter esses significados, que são ancestrais, cuja linguagem é expressa pelos seus significados. É preciso dizer e explicar o quanto é lindo a nossa cultura, que não há cultura melhor do que as outras, mas sim culturas diferentes. Ter nossa própria cultura é sermos nós mesmos.

As principais práticas culturais desenvolvidas são a dança Kawaiwete e a dança do pajé, as que mais se realizam na aldeia, além de artesanatos e manutenção da alimentação tradicional.

As práticas culturais são muito importantes para o povo Kawaiwete, são danças e canto da dança do pajé, a chamada *maraka pajé*. Este canto do pajé acontece quando há paciente e o médico não descobre o que ele tem. Então o pajé é convidado pela família do paciente, e é responsável por organizar, junto à comunidade, a pajelança do paciente enfermo, e também respeitando as regras de não sair no mato e nem ir à beira do rio.

Isso tudo deve ser organizado com antecedência e todos devem participar; até a alimentação é diferente. Por exemplo, na dança do pajé há o *akanape, mutap*⁶, sempre com pimenta, ave assada, chicha com arroz e amendoim, chicha com mandioca seca com amendoim, chicha de mandioqueira (mandioca doce rala para tirar a água da mandioca para fazer a chicha misturada com milho fofo), farinha de peixe, beiju, paçoca de carne, carne assada etc. São momentos muito importantes nos quais a comunidade participa; todos os dias há o canto do pajé, em que os mesmos cantam todos os dias quando se está cuidando do paciente; o último dia amanhece cantando, e o paciente é cuidado com as ervas tradicionais. Todos da comunidade devem ser benzidos, presenteando com um artesanato o pajé que está realizando a pajelança com o paciente.

A dança Kawaiwete se realiza em vários momentos, para receber visitas, nos movimentos nas festa da aldeia, o *jowosi* é uma dança que quase já não se canta mais, mas estamos aprendendo com as anciãs e anciãos para que não se perca. Há também a dança das senhoras, que só elas sabem cantar, o *putap putap*⁷; cantam quando há apresentação para mostrar para os jovens que precisam saber que elas têm o canto delas.

Compreendo como prática cultura o uso de alguns alimentos, e um dos alimentos mais consumidos na aldeia é a castanha, da qual as famílias usam o leite extraído e o colocam no suco de caju do mato. Há ainda o arroz doce, suco do murici, cural de milho verde, pamonha, suco do cajá, carne seca com leite da castanha, etc. A castanha é utilizada também no bolo de mandioca, no beiju de polvilho e em doces para o consumo das famílias, pois são alimentos muito ricos em proteínas e vitaminas.

Há também a roça na aldeia Tatuí, onde todas as famílias possuem sua roça; no entorno de suas casas existem alimentos plantados, tais como banana, mandioca, murici, cará e outras culturas.

Também faz parte das práticas culturais os saberes que envolvem a confecção de artesanatos. O povo Kawaiwete faz seus artesanatos de sementes, de penas, dentes de animais, inajá, tucum arumã, broto de tucum, pilão, talo de buriti e miçanga. Cada um possui um jeito

⁶Akanape alimento feito de mandioca seca, socada no pilão junto com o amendoim. Amolece ele com água até ficar com a textura de massa de pão, em seguida enrola ele com folha de bananeira e coloca para assar na brasa. E o mutap é uma comida feita em forma de pirão e pode ser feito com peixe ou carne de caça

⁷ É um canto específico das mulheres idosas.

de fazer, que são o trabalho dos homens e mulheres, rede, zamata⁸, colar de miçanga, colar de sementes, brincos e colar de tucum, abanador; somente as mulheres fazem esses artesanatos.

Os homens confeccionam cocar, flechas, arco, peneiras, borduna etc. Para confeccionar os artesanatos que usam sementes, madeira, penas, cada um possui uma maneira de colher. Há o período certo, e tem que ser respeitadas as fases da lua, para não estragar os artesanatos, principalmente aqueles que colhidos da natureza.

O meu povo kayabi acredita muito no sobrenatural que cuida da natureza. Essas aprendizagens foram feitas com minha mãe Maria Brites, foi ela que relatou desde que eu era criança. Vou falar sobre o dono das matas, das águas e o grafismo que aprendi com o artesão Raimundo Kwasiari. Para ter o desenho da cobra foi pedido autorização do Pajé e ele mesmo que decidiu que o desenho poderia aparecer no trabalho. Ele explicou que tudo isso é verdade, não se trata de um mito. Todas as crianças estavam no momento do pedido da autorização e ficaram ouvindo com atenção a fala do Pajé.

Figura 2 - Sucuri de chifre no poço



Ilustração: Esmeraldo Myau, pintura de Natália Mairaiup Mani Kayabi, 2024.

⁸ Zamatá é um objeto cultural feito de linha de algodão específico para carregar os bebês. As pessoas usam no seu corpo para carregar a criança.

A minha mãe contava muito essas histórias e era quando saíamos para pescar e banhar no rio, ela explicava os cuidados que deveríamos tomar, ela nos contava muito sobre a sucuri de chifre (Fig.2), um dia ela estava lavando roupa na beira do rio com sua comadre Tereza e quando ela olhou, viu a cobra vindo na sua direção e ela gritou para sua comadre:

- Olha para trás comadre, uma sucuri de chifre, vamos correr.

E sua comadre estava lavando uma panela dela que era bem grande, e vendo o sucuri deixou tudo para trás, mas quando elas foram chamar as pessoas da aldeia para ver a sucuri já não estava mais lá no local e nem a panela da comadre.

Esse local que foi visto a sucuri de chifre, era uma praia e neste local após sua aparição virou um poço fundo, e nunca a panela da sua comadre foi achada. Hoje a comunidade chama aquele lugar de poção.

Essa sucuri de chifre ainda mora nesse mesmo lugar, e outras pessoas do meu povo também já viu. Alguns pescadores vão até o poção pescar, mas o ritual é que não pode fazer nenhum barulho para não despertar a sucuri de chifre e trazer tragédia para o povo. Nesse lugar se faz pescaria em silêncio e ninguém entra nessa água, pelos perigos que esse poção tem. É preciso tomar cuidado porque ele fica do ladinho, bem perto do porto onde tomamos banho.

Temos ainda a nossa história do salto Kayabi.

Ele ficou sagrado porque na vinda para Tatuí o pajé forte, pai de Katu, ficou lá e nunca mais saiu. Ele sabia, ele tinha sonhado o acontecido, agora mora lá no meio das pedras e as vezes canta a noite. No dia que ele ia afundar ficou cantando durante três dias uma despedida e depois afundou para sempre. Ele guarda o salto, mora no salto e dá força ao povo Kawayweté (Kayabi, 2016, p.23)

Minha mãe conta que acima do salto kayabi tem uma lagoa muito bonita, minha mãe dizia que nesta lagoa não pode fazer barulho. Se fazer barulho, a água começa a subir aí tem que sair de lá. É nesse lugar que mora *Karuara – mãe da água*.

Figura 3 - Mãe da água



Ilustração: Luan Mani Siraup, 2024

Quando ela era pequena, a mãe dela gostava de sair no luar para ouvir cantos de uma mulher ela dizia a ela que era a mãe da água, mãe dos peixes e ela morava nessa lagoa. Isso sempre ela nos dizia, sempre nos ensinou e aconselhou que tem que respeitar a natureza pois ela tem dono, por isso não podem tirar nada que possa desperdiçar tudo tem seu limites ,e não entrar na água de qualquer jeito onde não conhece ,é perigoso fazer mal a vocês.

A mãe da água protege a água e não aceita que tire muitos peixes para desperdiçar, só da quantidade que vai comer, ela fica braba, se revolta.

Como todas as coisas da natureza tem dono, tem também o pai da mata.

Figura 4 - Pai da mata



Ilustração: Lucinda do Carmo Surayup Kayabi, 2024

Sobre o pai da mata, minha mãe contou que quando ela ir caçar com meu pai, ela tinha muito medo de encontrar com o pai do mato, sempre o pai andava com fumo para poder espantar os espírito mal, e quando ele percebia o grito e a catinga estranha ele já sai rápido para outra direção que ele sabia que estava correndo perigo e pedia para mãe andar rápido, as vezes até deixava os chinelo dela para trás, para que saísse do perigo.

Essas histórias sempre contavam para ter cuidado, orientando onde os netos caçam. Ela sempre dizia para que os netos não respondesse quando escutam gritos diferentes perto da serra (essa serra fica na estrada que vai para a aldeia Munduruku) também não é para ir todos os dias no mato, a caça tem limite e se não houver respeito o pai da mata e o dono dos animais podem ficar brabo e fazem mal para aqueles que não respeitaram.

E se os donos da natureza ficarem zangados e fizerem mal a pessoa, esse tipo de doença só pode ser curado pelo pajé, com fumo e ervas da própria mata que só eles conhecem, e só eles que podem pegar, porque eles sonham e conversam com o sobrenatural.

Outra forma de letramento que foi estudado junto com as crianças foi o grafismo porque é uma forma de letramento, para saber o significado dessas figuras que são desenhadas em peneiras e também no nosso corpo.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem a finalidade de investigar o ensino e as aprendizagens por meio de narrativas Kawaiwete. Para que consiga o objetivo é preciso compreender que a história do povo Kawaiwete é o que dá sentido à vida do povo; aprender sobre as histórias para poder passar para as outras gerações.

As etapas de pesquisa seguiram a seguinte cronograma, primeiro, fiz o convite para alguns anciãos participarem das aulas e contar histórias para a comunidade e os estudantes. Os estudantes deveriam aprender a contar as histórias, primeiro na oralidade e depois na escrita, a partir do gênero textual próprio do povo Kawaiwete, que não existe em outro lugar.

A segunda etapa foi quando os anciãos relataram as histórias para os alunos e a terceira foi quando eles escreveram sobre as histórias. Reuni com os alunos e o ancião Raimundo para ele falar sobre a importância da nossa roça, as histórias de como o nosso povo Kawaiweté cuidava da roça.

Figura 5 - Reunião dos alunos com o ancião contando história



Fonte: Dineva Maria Kayabi, 2023

Essa contação de história aconteceu na casa central, uma casa tradicional de palha onde acontece as reuniões importantes da aldeia. Raimundo, com o seu cocar, é uma liderança reconhecida na comunidade, como alguém que tem o saber do povo, ele é falante da língua

materna e ajuda muitos pesquisadores como intérprete dos mais velhos para passar o que os outros falantes estão dizendo sobre a nossa cultura. Ele é também um artesão do nosso povo.

Os alunos e as alunas ficaram ouvindo atentamente, fizeram anotações e depois os textos com desenhos. Apresento alguns:

Figura 6 - Alunos produzindo desenhos e texto



Fonte: Dineva Maria Kayabi, 2023

Foi a partir dessa pesquisa que os alunos produziram textos e desenhos sobre as histórias do povo Kawaiweté.

Também foi convidada a professora Cezarina Krey Leite Tukumã (Fig.7) para contar a história da roça, e as crianças ouviram, desenharam e escreveram sobre essa história que é muito importante, ela relata sobre como surgiram os alimentos.

Figura 7 - Professora cezarina com os alunos



Fonte: Dineva Maria Kayabi, 2024

O material educacional elaborado para reunir essas histórias estão organizados em um pequeno livro, que é o produto pedagógico.

A história sobre a origem dos alimentos inicia dizendo que existia um espírito que deu origem aos alimentos, esse espírito é chamado de Kupeirup. Trata-se do espírito de uma mulher que vivia no cerrado onde nada produzia e se alimentava apenas de inajá e tucum (parte do texto de

Para que escrevessem os textos e os desenhos organizei a casa de palha, nossa casa cultural e fui orientando para elas fazerem e tudo foi feito em sulfite, os textos e desenhos (Fig 8). Assim, o material foi ficando pronto.

Figura 8 - Alunos desenhando e escrevendo textos



Fonte: Dineva Maria Kayabi, 2024

Foram várias histórias escutadas, mas o nosso trabalho registrado com as crianças foi um livro sobre a história dos alimentos.

Como pesquisadora participei e registrei tudo em todos os momentos, com fotos e textos de como o projeto foi sendo executado. Observo que a produção escrita conta realmente sobre a história pesquisada. No produto educacional organizei um livrinho com a história dos alimentos.

A produção do livro foi feito com as crianças do quinto ano. Sala escolhida por que assumi a função de articuladora na escola, e esses alunos são da sala de aula de outro mestrando do PPGECEII.

Metodologia de pesquisa participante de acordo com Brandão e Streck (2006) esse tipo de pesquisa é feito em colaboração e tem como principal ponto de ser realizada de maneira cultural.

O termo participante sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que, por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor (SCHMIDT, 2006, p.14).

4. A ESCOLA E A PRÁTICA DO LETRAMENTO INDÍGENA

A escola na aldeia precisa assumir que é responsável em fazer a educação escolarizada de qualidade e também de forma específica, diferenciada e intercultural. E uma forma de desenvolver esse trabalho na escola é através do letramento indígena. A escola ajuda a fortalecer as práticas culturais dentro da aldeia, pois os professores são líderes em diferentes espaços da aldeia (FERREIRA, 2013). Ainda assim, é preciso que se continue as pesquisas para fortalecer, não apenas a escola mas a comunidade, o povo Kawaiwete.

O fortalecimento pode ser pelo letramento indígena com o uso de textos acompanhados com desenhos. O letramento indígena tem significado quando desenvolve uma pedagogia indígena, com os saberes da cultura, ele pode ser desenvolvido na oralidade e de forma escrita, em língua materna e também em língua portuguesa, ampliando as possibilidades de expressão oral dos alunos em língua portuguesa. É importante, no letramento, utilizar de gêneros de oralidade dos povos indígenas, como os cantos que são feitos na língua materna (SIMAS, 1983).

O RCNEI (1998) orienta que o ensino e a aprendizagem de línguas contemplem tanto a língua Portuguesa como a língua materna da comunidade indígena, e também orienta o trabalho com a oralidade, que é a forma com que narramos as nossas histórias e com diferentes tipos de gêneros textuais.

A proposta em questão está na direção do pensamento de Ponso (2018), ao citar Souza (2011) no letramento de re-existência, um projeto decolonial, de escrever nossas próprias experiências, nossos próprios textos, da autonomia de fazer o caminho da aprendizagem a partir da insurgência e da resistência.

O letramento é diferente da alfabetização, pois de acordo com a leitura feita em Simas (2009), a alfabetização é a junção de grafemas (letras) e fonemas (sons), junto com compreensão do que está escrito. O letramento vai além porque é o resultado de aprender a ler e a escrever, de como essa leitura e essa escrita pertencem ao meio social e também na sociedade indígena.

Para a pesquisadora Silva (2016) discutir o letramento nas línguas indígenas traz desafios como o de fortalecer a língua materna e resgatar a autoestima dos falantes buscando fomentar meios para a efetivação da língua. Para a autora quando a língua deixa de ser ensinada às crianças e jovens indígenas ela deixa de existir e ela fica fortalecida quando a comunidade e a escola se envolvem na oferta das atividades orais e escrita na língua materna.

O estudo com os indígenas no Curso de Educação Intercultural da UFG tem me mostrado que, quando as línguas indígenas não são usadas na escola apenas como recurso pedagógico de tradução, mas como línguas de conhecimento, seu prestígio aumenta frente aos seus usuários. Além disso, amplia-se o debate sobre as funções sociais da escrita em suas línguas maternas, como, por exemplo: (1) contribuir com a vitalidade da língua e das linguagens culturais; (2) vitalizar os espaços culturais; (3) documentar saberes; (4) fortalecer a memória; (5) incentivar a transmissão dos saberes tradicionais de uma geração a outra; (6) trazer lembranças dos conhecimentos ancestrais; (7) gerar motivo de conversas entre gerações e na mesma geração; (8) guardar conhecimentos; (9) implementar políticas de modernização linguística para fortalecer a tradição, como, por exemplo, políticas de criação de palavras novas para nomear realidades novas; (10) fortalecer a escola e vinculá-la a outros espaços educativos das comunidades; (11) fortalecer a educação própria dos indígenas; (12) contribuir para movimentar/atualizar a cultura materna; (13) prestigiar as epistemologias indígenas; (14) divulgar conhecimentos; (15) pesquisar conhecimentos etc (SILVA, 2016, p.3).

Dessa forma, Silva (2016) ressalta que o letramento em línguas indígenas não se classifica como na língua portuguesa, como gêneros textuais, mas sim no resgate de uma língua materna, no pertencimento, identidade e no significativo aumento da efetividade do seu uso entre as diversas gerações de um povo.

Assim, um dos objetivos das escolas, e também da escola indígena, é possibilitar que estudantes participem de “várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramento) da vida, da cidade, de maneira ética, crítica e democrática” (ROJO, 2009, p.107). Existe no Brasil várias formas de avaliação, por exemplo, as provas do governo para as crianças, porém ainda não está acontecendo nas escolas indígenas, na nossa escola. De acordo com Rojo são muitos jovens e crianças que apresentam dificuldades de leitura e isso é demonstrado nos exames do PISA, ENEM e SAEB, ou seja, existe um insucesso escolar no Brasil do século XXI, o letramento escolar precisa trabalhar os diferentes tipos de produção escrita e de leitura, bilhetes, ensinar as crianças a lidarem com computador, croneboock, e diferentes tipos de textos.

De acordo com a autora “somente 26% da população são capazes de ler com compreensão textos um pouco mais complexos” (p.50). Essa realidade são para os não indígenas, porque na nossa escola não se tem feito esses exames, mas também existe desafios de aprendizagem em relação a leitura e a escrita da língua portuguesa, nós alfabetizamos de maneira bilingue em língua portuguesa e no idioma apresentando para os alunos a escrita e a pronúncia de palavras e os significados dos símbolos da cultura que ‘pe nosso letramento, com nossas histórias.

Na escola indígena e na comunidade da aldeia Tatuí existem várias formas nas quais jovens, professores e pessoas da comunidade utilizam a leitura, a escrita e outras linguagens, por exemplo, existem tipos de letramentos para nós que são muito fortes, que fazem parte da nossa identidade, por exemplo, é preciso conhecer as narrativas do povo Kawaiweté.

Conhecer quem mora no rio, uma sucuri com chifre, e que há horários em que crianças não podem descer sozinhas, que existem histórias ensinadas pelos anciãos, como a história da pedra sagrada, do fogo e das alimentações, fazem parte da nossa cultura e são oralizadas e contadas nas palavras que são dita pelos mais velhos. Segundo Biderman (1998) A palavra assume uma força transcendental; nela deitam raízes os entes e os acontecimentos. A palavra tende a constituir uma realidade dotada de poder, elas falam dos segredos e das essências que formam a nossa cultura e o nosso acreditar.

Existe vários tipos de letramento, como estou apresentando um letramento que é nosso da cultura, e outro letramento que faz parte da luta. Assim, “o letramento é uma prática social, e não simplesmente uma habilidade técnica e neutra; que está sempre incrustado em princípios epistemológicos socialmente construídos” (STREET, 2013, p.53)

Também faz parte do letramento aprendido a necessidade de formalizar documentos na luta do movimento indígena, os ofícios, os relatórios e as cartas escritas para o governo municipal, estadual e federal, e também para órgãos do governo.

Esses diferentes tipos de escrita e de leitura são práticas de letramento em diferentes contextos, eles são letramentos porque não existe um único tipo. Por exemplo saber escrever um ofício é um letramento institucional, os relatórios podem ser institucionais e também tradicional quando é apropriado pelo povo, para registrar o que acontece na aldeia.

De acordo com Rojo (2009) são mais valorizados os letramentos universais e institucionais. Também existe o letramento multissemióticos que são o uso de imagens, documentários, redes sociais. Este tipo de letramento atrai os jovens.

Nos parágrafos subsequentes, discorreremos um pouco mais sobre esses documentos.

As cartas e manifestação fazem parte do uso de documentos institucionais para podermos acessar os nossos direitos e porque esse letramento precisa ser dominado pelos professores indígenas na luta de direitos.

O primeiro documento é uma carta para a FUNAI pedindo apoio a esse órgão na proteção do nosso território, porque estamos ameaçados. A construção da Usina Castanheira, que ficará a 15 KM da Terra Indígena, com certeza trará impactos irreversíveis, e a FUNAI não

pode se calar diante dessa situação. A carta é para que possamos ser ouvidos, respeitados e que se faça valer a constituição de 1988.

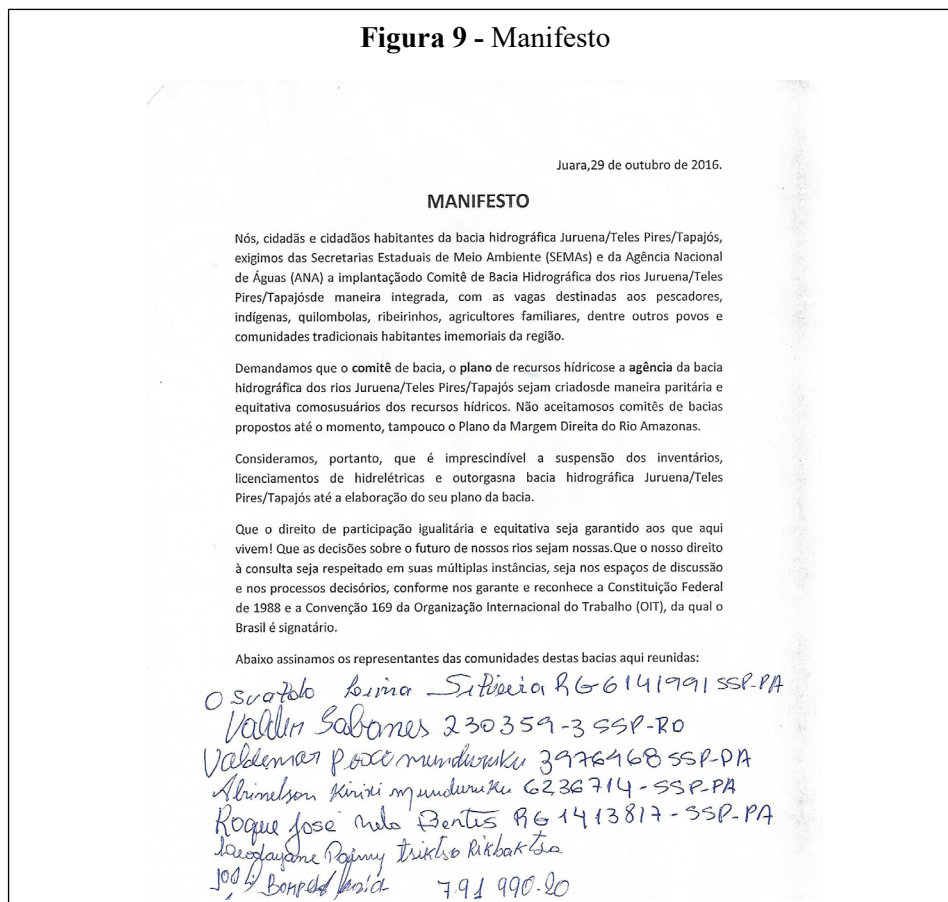
Essa luta é uma luta antiga, desde 2015, e o documento que apresento neste texto foi escrito em 2018. A FUNAI, como órgão oficial do governo, tem que se manifestar em toda ação que pode trazer impactos, tanto na Terra como na comunidade indígena, na natureza onde vivemos. Além de participar de reuniões, de buscar as autoridades, de pedir apoio para a nossa proteção, também fazemos e fizemos várias mobilizações, pedimos nos movimentos que o Rio Juruena permaneça vivo, porque juntos, rio dos Peixes e rio Arinos, desembocam no Rio Juruena e formam a Bacia Amazônica.

No jeito de lutar, de escrever, é necessário ter conhecimentos sobre direitos humanos, direitos indígenas, pois isso está na constituição. No documento da Usina está escrito que “Ressalta-se ainda que o empreendimento não atinge áreas protegidas, tais como Unidades de Conservação e Terras Indígenas e não interfere em equipamentos sociais” (EIA, 2015, p.40). Mas nós não concordamos, porque em toda a região existem povos indígenas e vamos ser impactados, sim! No documento:

O presente levantamento permitiu um maior conhecimento das Áreas Protegidas na região da UHE Castanheira. Conforme exposto no início deste item, foram consideradas como Áreas Protegidas neste estudo as Unidades de Conservação, **as Terras Indígenas**, as Áreas de Preservação Permanente, os Corredores Ecológicos e os Mosaicos de Unidades de Conservação. Foram ainda identificadas as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade. (EIA, 2015, 40)

O que estamos vendo, é que a luta deve ser constante, porque mesmo que temos direitos que estão na Constituição, eles não são respeitados. Estamos vivendo em constante ameaça dentro dos nossos territórios. Em 2016, escrevemos o manifesto em forma de carta documento, abaixo apresentado:

Figura 9 - Manifesto



Fonte: OPAN- Operação Amazônia Nativa – Rede Jurueña Vivo, 2016

Continuamos produzindo documentos e em luta envolvendo várias aldeias, de vários povos, para mostrar nossa insatisfação, medo e ameaças. O próximo texto, que também é uma carta, foi escrita quando estávamos na Aldeia Primavera, dos parentes Rikbaktsa, e foi encaminhado às autoridades, escrita em 2017.

Aldeia Primavera, 12 de novembro de 2017.

Ao/À

Procurador da República Ricardo Pael, Ministério Público Federal (MPF) Procurador Mauro Curvo, Ministério Público Estadual (MPE)

Secretário Carlos Fávaro, Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA), Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA)

Superintendente Felisberto de Souza Cupudunepa Filho, Casa Civil do Estado do Mato Grosso, Superintendência de Assuntos Indígenas

Presidente Francklimberg Martins, Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Presidente Suely Araújo, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Presidente Kátia Bogéa, Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN)

Nós, povos indígenas Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Manoki, Myky, Nambikwara, Cinta Larga e Tapayuna (Kajkwakratxi); e as organizações que compõem a Rede Juruena Vivo⁹, reunidos durante o IV Festival Juruena Vivo, entre os dias 10 a 12 de novembro de 2017 na Aldeia Primavera, Terra Indígena Erikpatsa, município de Brasnorte-MT, entendemos como abusivo o número de empreendimentos de infraestrutura planejados para a região das bacias do Tapajós, Juruena e Teles Pires.

Estamos conscientes de que de todos os rios dessas bacias, dos mais exuberantes aos pequeninos córregos, encontram-se seriamente ameaçados por uma sequência de empreendimentos hidrelétricos que vão impedi-los de correrem livres. Essas usinas são planejadas visando atender apenas a interesses privados, sem levar em conta os impactos aos povos indígenas e tradicionais, desconsiderando as culturas ancestrais que dependem desses rios e desrespeitando a legislação.

Somente na bacia do rio Juruena, sabemos que existem pelo menos 125 empreendimentos inventariados, e esses empreendimentos geram impactos profundos e irreversíveis em nossas comunidades.

Como os modos de vida desses povos indígenas e tradicionais estão intrinsecamente conectados a todos os rios dessas bacias, temos a convicção de que os empreendimentos que abalem qualquer um desses rios vão afetar também a nossa sobrevivência física e cultural, destruindo nosso patrimônio imaterial e material, desrespeitando os direitos protegidos na Constituição de nosso país e em instrumentos internacionais.

Na medida em que o rio é agredido, os povos indígenas e tradicionais que com eles coexistem não podem mais continuar suas formas tradicionais de vida.

Esses empreendimentos são licenciados de forma inconsequente e cartorial pelo Estado, desconsiderando os impactos em cadeia que são gerados por essa quantidade de projetos.

O direito dos povos indígenas e tradicionais de terem liberdade de decidir sobre tudo que afete suas vidas e seus territórios precisa ser respeitado e, para isso, um processo de consulta e consentimento deve ser garantido.

⁹ Organizações da Rede Juruena Vivo presentes no evento: Grupo Aacquarela, Associação de Moradores e Veranistas de Fontanillas, Associação Indígena Dace, Associação Indígena Tapayuna (AIT), Associação Kolimace da Terra Indígena Pirineus de Souza, Comunidade Tibagi, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT), Fórum Mato- Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), Fórum Teles Pires (FTP), Instituto Caracol, Instituto Centro de Vida (ICV), Núcleo de Educação Popular (NEP) Leigos e Religiosos do Sagrado Coração de Jesus - Brasil, Operação Amazônia Nativa (OPAN), Produção Encantada, The Nature Conservancy (TNC).

Estamos conscientes de que as violações a direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas provocadas por esses empreendimentos aprofundam-se sobretudo pelo desrespeito ao direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado previsto na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O empreendimento hidrelétrico da Sacre-14, no Rio Sacre, com várias ilegalidades no processo de licenciamento e, acima de tudo, a ausência de consulta aos povos indígenas atingidos, teve cancelada a audiência pública em razão da mobilização da Rede Juruena Vivo, com apoio do Ministério Público. Mesmo diante dessa mobilização, sabemos que até agora nenhuma providência está sendo tomada para observar o direito de consulta e consentimento.

Estamos atentos também ao caso da PCH Jesuíta, que seria a 9ª usina do alto Rio Juruena, que como no caso da Sacre-14, também ignora os graves impactos aos povos e territórios da bacia do Juruena. E, igualmente, não se justificaria de nenhum ponto de vista, seja socioambiental, seja econômico.

Denunciamos o caso da UHE Castanheira, de 140 MW, prevista para o Rio Arinos, cujo processo de licenciamento encontra-se avançado. Durante a visita de comunidades da bacia do Juruena à usina de Teles Pires, atendendo a um pedido feito no Estudo do Componente Indígena (ECI), foram relatadas à Rede Juruena Vivo sérias preocupações quanto aos impactos de empreendimentos como esse. Essa experiência revelou as contradições desse tipo de projeto, que não é viável sob nenhuma perspectiva. No caso de Castanheira, nem no aspecto econômico ou financeiro, ameaçando notadamente os povos Ribkbaktsa e Tapayuna - esse último sem ter considerada sua reivindicação territorial.

Preocupa também a Usina de Salto Augusto, planejada para o baixo curso do Rio Juruena, e os projetos minerários que estão em planejamento na região. Tratam-se de grandes empreendimentos que colocam em risco diretamente o povo Apiaká, indígenas isolados, uma terra indígena delimitada, um parque nacional e um parque estadual. Do mesmo modo, sabemos que já estão sendo realizados estudos técnicos e econômicos para a UHE Foz do Sacre, repetindo os mesmos erros dos licenciamentos anteriores, que tentam forjar a participação social e, em especial, a indígena. Se construída, será a primeira hidrelétrica do rio Papagaio, reconhecido internacionalmente como um dos lugares mais importantes para a conservação da biodiversidade no mundo, além de ser território ancestral de vários povos da bacia do Juruena.

A Rede Juruena Vivo denuncia veementemente o desrespeito aos diversos locais sagrados que ainda que não foram reconhecidos formalmente pelo Estado, mas que são parte da territorialidade indígena e, por isso, precisam ser levados em consideração.

Diante desse panorama de flagrantes injustiças e ameaças generalizadas, exigimos que o direito à participação da sociedade civil e o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado aos povos indígenas e tradicionais tornem-se parte integrante de todo e qualquer processo decisório sobre

o futuro de todos os cursos d'água da bacia Juruena.

** Este documento foi elaborado e aprovado pel(a/o)s participantes do IV Festival Juruena Vivo, cuja lista de presença encontra-se abaixo, com as respectivas assinaturas.*

Figura 10 - Ofício à FUNAI

DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE JUARA */piaka/kayabi/Mundurucu*

EXMO: CHEFE DA COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI-JUÍNA
ANTONIO CARLOS FERREIRA DE AQUINO

SENHOR CHEFE

As Lideranças Indígenas do município de Juara vem através deste manifestar nossas preocupações em nossas Seguranças por se sentirmos ameaçados verbalmente por conta de Empresário e Político desta cidade. Temos grande preocupação com futuro de nossas comunidades pois devemos dar continuidade as nossas Lutas e Nossos Direitos garantidos na Constituição de 1988. Queremos ser respeitados e ter o direito de voz e direito de ir e vir pois a preocupação do Empreendimento da UHE Castanheira a ser instalado neste município vem nos afetar diretamente. Gratos pela compreensão deste órgão apoiador. Segue assinaturas das Lideranças.

Juara, 13 de Março de 2018.

Eduardo morimoto
Kawoy Kayabi

Mário Luís do Juba Jofi *muruaí- Kayabi*
Alexandro Garcia Perera

Diário mon do Juba
Adriana Yara Kayabi
Natia Francisca Kayabi
Margarith H. Sirayup
Nayra Maria Maria, m. Koyu
Zakup Kayabi
Luciano Tamona Kayabi
Camilo KAYABI

M. Damascos C. R.

Fonte: Rede Juruena Vivo, 2017

Em 2018, apenas nós, da Terra indígena Apiaká Kayabi, pedimos a intervenção da FUNAI, pois nos sentíamos ameaçados.

As cartas documentos têm sido instrumentos de luta que temos utilizado junto aos nossos movimentos coletivos para fazer chegar às autoridades as nossas lutas. Essas lutas têm sido incansáveis, e estamos fazendo no coletivo da região noroeste do estado com apoio dos outros parentes.

A carta seguinte foi escrita em 2021, e o assunto ainda engloba a Usina Castanheira, que tem sido uma luta gigante para proteger as águas, a nossa floresta, porque toda destruição pode vir, doenças podem aumentar e estamos sofrendo riscos como povos indígenas.

Participar dos movimentos, das discussões e das elaborações das cartas documentos é aprender uma linguagem da proteção, das nossas realidades, e participam todos: crianças, jovens, anciãos, lideranças, caciques e professores, os quais têm sido muito importantes no auxílio das redações dos documentos. É importante lembrar que nós, povos indígenas, não estamos sozinhos, existem pessoas e organizações como o CIMI, a OPAN, a UNEMAT, que têm contribuído com essas discussões. Em plena pandemia, algumas instituições que fazem parte da rede Juruena Vivo queriam fazer reunião sobre a Usina Castanheira, inaceitável isso.

Terras Indígenas Japuíra, Erikpatsá, Escondido, Apiaká-Kayabi e Capoto-Jarina, 31 de março de 2021

Ao procurador Ricardo Pael, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal

Nós dos povos indígenas Rikbaktsa, Munduruku, Kayabi, Apiaká e Tapayuna soubemos que a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) quer realizar uma reunião para apresentação do ECI (Estudo do Componente Indígena) do projeto da Usina Hidrelétrica Castanheira nas cidades, com a participação de apenas alguns participantes indígenas e com transmissão por videoconferência.

O Povo Tapayuna, que também está sendo impactado por esse projeto, não foi nem mesmo citado para participar nessa reunião.

Não fomos consultados sobre essa reunião, e deixamos claro que não tem condições de realizar reuniões enquanto durar a pandemia do COVID-19. Por isso requeremos que sejam suspensas reuniões, e não aceitamos reuniões dessa forma.

Também sabemos que várias decisões já foram tomadas sobre esse projeto da UHE Castanheira que pode trazer grandes impactos, de forma irreversível, em nossos territórios, em nossas vidas, em nossas culturas, e em nossos direitos, e não fomos consultados em nenhum momento.

Exigimos que seja respeitada a Constituição e a Convenção 169 da OIT, que garantem o

respeito à organização social e cultura dos povos indígenas, o nosso direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado para podermos tomar nossas decisões respeitando nossa cultura.

A consulta livre, prévia e informada deve ser respeitada em todas as fases desse projeto e nenhuma decisão pode ser tomada sem nos consultar. A consulta não pode ser realizada como a EPE está solicitando, a consulta deve ser feita nas aldeias, deve reunir a comunidade em geral, e não somente com algumas pessoas, nem na cidade.

As nossas decisões indígenas são tomadas em conjunto. Em nossas comunidades, para tomarmos nossas decisões, devemos garantir a participação de todos: as crianças, os jovens, os anciões, os homens, as mulheres, os pajés, e não somente com poucas pessoas nas cidades.

Tomamos decisões somente quando a comunidade entra em acordo, depois de ouvidos todos, de todas as aldeias. Para isso fazemos várias reuniões, até chegar a esse entendimento, em consenso.

Essas reuniões devem acontecer nas aldeias, mas neste período de pandemia há um risco muito grande em nossas comunidades, e não estamos circulando em todas as aldeias em nossas Terras Indígenas, e nem podemos dialogar entre os parentes das outras aldeias e das outras Terras Indígena. Então a nossa comunicação entre os parentes não está totalmente possibilitada.

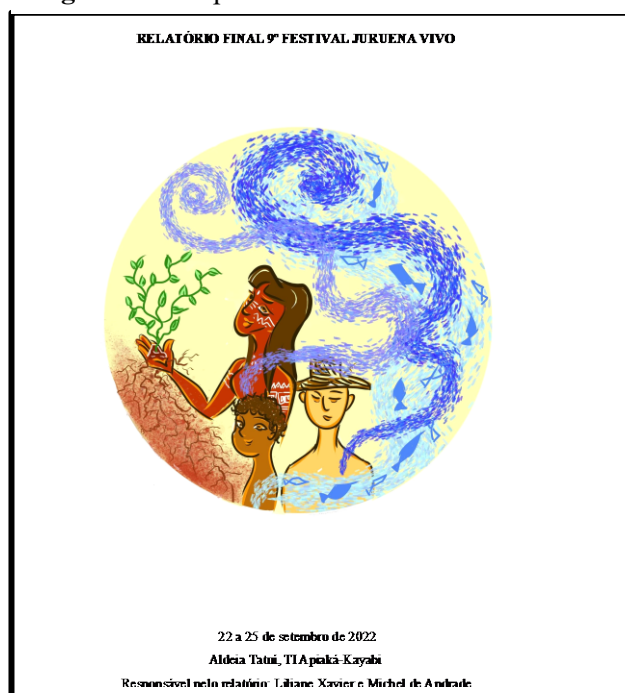
Estamos com várias atividades suspensas, inclusive as aulas e outras reuniões de assuntos importantes para as comunidades, por motivo de cuidados para conter a pandemia, então não aceitamos reuniões sobre assuntos que possam nos atingir, e que devemos ser consultados.

Requeremos que o MPF tome providências para que nenhuma reunião seja marcada enquanto durar a pandemia do COVID-19. Somente quando houver totalmente segurança de retornar as nossas atividades, poderá ser comunicada e agendada qualquer reunião, respeitando nossas formas de tomar as decisões.

Contamos com as providências do Ministério Público Federal para a garantia de nossos direitos, e aguardamos o retorno com urgência.

No ano de 2022, foi feito na aldeia Tatuí outro movimento do Juruena Vivo, um movimento de várias discussões de manter a água viva, cujo resultado foi a elaboração de um relatório final. Na imagem seguinte, a capa desse relatório.

Figura 11 - Capa do relatório final Juruena Vivo



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2023.

Este relatório contém tudo o que foi definido e discutido no 9 Juruena Vivo. Para compor o documento, os grupos se reuniram, discutiram e escreveram suas cartas documentos.

Também faz parte do letramento a aprendizagem de linguagens e textos que são próprios do nosso povo Kawaiweté, como os artesanatos, as pinturas corporais, as alimentações tradicionais, e os rituais feito pelos pajés.

Dentro da cultura do meu povo, o ritual da menina moça é uma prática cultural que tem uma linguagem e significado própria. A pintura da menina tem seu significado, a alimentação tem seu significado.

Algumas famílias do povo Kawaiwete do Rio dos Peixes ainda realizam o ritual da menina moça. Vou relatar um pouco do ritual da minha filha Nathalia Mairaiup Mani Kayabi, que com a permissão de toda a família, ficou em reclusão por 28 dias. Como participo do

movimento indígena e sempre estou em viagem, no dia que sua primeira menstruação veio, eu não estava em casa, estava viajando. Então, o pai dela a levou para a avó paterna, para cuidar dela durante os dias que ficou reclusa.

Esse momento é muito importante, pois é quando a menina aprende a fazer artesanatos e a arrumar a sua própria roupa, seus enfeites para a saída da reclusão. É também quando a menina recebe vários conselhos, que são próprios para mulheres. Existe uma preparação para a saída da reclusão com comidas e bebidas tradicionais, como a chicha de arroz. É uma grande festa, porque a menina é apresentada ao povo Kawaiweté e a todos os convidados como uma menina mulher.

Figura 12 - Preparando Chicha de arroz



Fonte: Ferreira, 2022

Enquanto estava reclusa, minha filha produziu artesanatos com miçanga para fazer os seus enfeites, e aprendeu os saberes das mulheres Kawaiweté. O dia em que saiu de sua reclusão, a família fez um jantar com a comida tradicional.

As pessoas da comunidade foram convidadas para participar, e todas as outras meninas também se enfeitaram para participar do ritual. Na hora em que ela saiu da reclusão, todos a receberam com cantos.

Minha filha foi enfeitada por sua mãe (que sou eu) e as avós. Cortamos sua franja e pintamos o seu corpo com urucum. O ancião Canisio e todas as lideranças de canto cantaram para que ela saísse da reclusão.

Figura 13 - Saída da reclusão



Fonte: Kayabi, 2022

Na saída da reclusão, os homens que iam comandar os cantos estavam na porta esperando e iniciaram o canto. Os convidados estavam aguardando para recebê-la. Assim, ela foi recebida pela sua família, amigos e pelos convidados na festa de canto e dança Kawaiweté.

Figura 14 - Nathalia com sua família



Fonte: Kayabi, 2022

Depois de dançar o canto Kawaiweté é servido a comida tradicional que foi preparada pela família: pirão de peixe, porco do mato, pirão de frango, chicha de arroz. Nathalia, depois que saiu da reclusão, voltou para a casa, mas continuou com os cuidados dos alimentos que ela ainda não podia comer por alguns meses.

Tudo que é feito na reclusão é para preparar a menina para ser mulher Kawaiweté. É um ritual de passagem da vida de criança para a vida de adolescente mulher. O espírito de criança é substituído pelo espírito de mulher, é a preparação para a vida de uma jovem mulher Kawaiweté.

Esta prática cultural nem sempre é feita nos dias de hoje, apenas algumas famílias, mas na comunidade, temos conversado sobre isso, e vem cada dia mais se fortalecendo para que não se perca o costume, pois é neste período que as meninas aprendem a fazer os artesanatos e outras atividades que elas precisam aprender, a seguir regras, que lhes são passadas, para continuarem se cuidando. Este papel de educar é de ensinar não é só de responsabilidade dos pais, mas sim das famílias, do pai e da mãe, isso se torna um laço de respeito.

É um momento em que a menina aprender e ouvir os conselhos que vai servir para ela futuramente. Portanto, não podemos deixar este ritual desaparecer, pois é a nossa prática cultural que o povo tem, a passagem da fase de menina para mulher.

Pensei ser importante essa passagem, sobre a reclusão da Nathália Mairaiup Mani Kayabi, porque fiquei pensando que essa é a cultura do meu povo, e que é também uma forma de linguagem do meu povo, porque é uma linguagem de menina que está se tornando mulher. Ela está aprendendo várias coisas de mulher, as quais servirão para toda a sua vida. Um tipo de linguagem e de prática cultural do meu povo, que é própria e específica com nossos cantos, artesanatos, pinturas, comida tradicional, e que é vivido na prática.

Os homens e as outras pessoas da comunidade sabem que na reclusão não podem ter contado com a menina porque ela está aprendendo para sua vida, que ela precisa estar sozinha com as mulheres que são suas avós para a ensinarem. Não precisa nem falar, porque quando uma menina está em reclusão, as pessoas já respeitam.

O ritual da menina moça não faz parte da escola, é uma prática da cultura do meu povo, mas a escola pode trabalhar textos de significado desta prática dentro da escola.

4.1 A narração de história (pelos anciãos) como letramento na aldeia Tatuí

Quando os anciãos contam as histórias na aldeia para as crianças, para o povo, para explicar alguma coisa é muito importante, pois é para aprendermos sobre nós mesmos, ou como cuidar da água, da mata, dos rios, da Terra, e também para aprender sobre como viver e respeitar o lugar.

As histórias são ensinamentos, e no estudo dos não indígenas é um letramento, porque passam informações e as informações das nossas histórias são para nós mesmos, mas também ajudam a viver no mundo inteiro, nas sociedades.

Os anciãos são nossas bibliotecas vivas, quando perdemos um ancião é um livro que se fecha porque pode levar com ele muitos conhecimentos que ainda não aprendemos. Por isso, ouvir um ancião é sempre importante, ele ou ela tem sempre muito a ensinar ao povo

4.2 Produto pedagógico: história do povo Kawaiweté

A produção dos alunos é um letramento decolonial porque se baseia muito nas histórias do meu próprio povo, histórias que ajudam a entender o nosso muno, os nossos saberes, mas que também nos faz interculturais porque sabemos que vivemos num mundo onde existem outros povos e também os brancos.

Os alunos produziram seus textos e desenhos.

Sobre a origem da roça e dos alimentos eles escutaram a professora Cezarina e Raimundo sobre o conhecimento da roça, depois com minha orientação fizeram o livro com essa temática.

A metodologia foi assim, a professora ia contando a história e os alunos aos poucos iam escrevendo e eu ia ajudando os alunos na escrita.

A roça surgiu com o espírito de Kopeirup, e até hoje fazemos a nossa roça para que possamos ter alimentos.

Desenvolvemos a roça de toco , é preciso saber lidar com a natureza para escolher o local da roça, fazer o aceiro, depois queimar com cuidado para o fogo não esparramar. Depois da roça queimada, fazemos a coivara e escolhemos o local onde vai plantar milho, cará, amendoim, batata, margarito e mandioca. Quem escolhe o lugar de plantar são as mulheres, porque o espírito da roça é mulher.

Figura 15 - Roça de toco



Fonte: Nathalia Mairaiup Mani kayabi, 2023

O desenho demonstra a roça já plantado, depois da escolha de quais os lugares estariam os produtos da roça. Esse é um conhecimento das mulheres, porque são elas que observam o local para que as sementes ou ramas sejam plantadas.

Figura 16 - Roça plantada



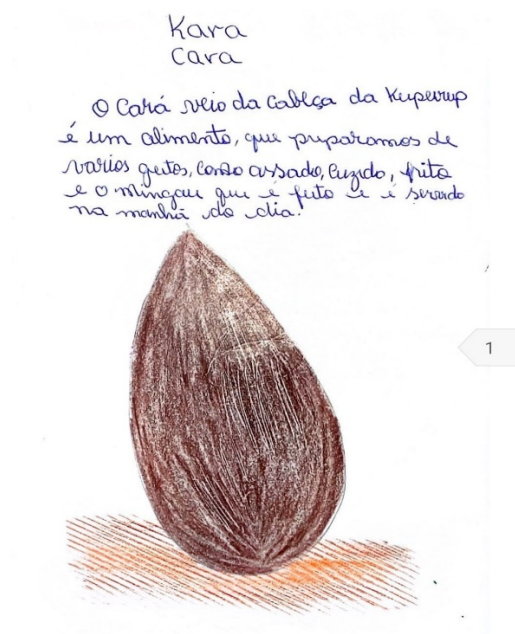
Fonte: Nathalia Mairaiup Mani kayabi, 2023

Sobre a história da Kopeirup os estudantes elaboraram e depois juntos organizamos o produto pedagógico. No livro cada página é sobre uma transformação do corpo de Kopeirup em alimento. Por exemplo, o cará veio da cabeça dela e o feijão veio da sua vagina. Ela se transformou para que nunca faltasse alimento para nós os Kawaiwete.

Figura 17 - Feijão



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2024

Figura 18 - Cará

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2024

Para nós Kawaiwete o ciclo de plantar é feminino porque é de espírito de mulher, os cuidados com a roça e com os alimentos. Os homens ajudam, mas quem é guardiã das sementes somos nós mulheres. Quando ouvimos as anciãs, quando aprendemos com nossas mães, tias e avós, sobre as sementes e o ciclo de plantar, e sobre Kopeirup, é uma aprendizagem da nossa cultura, que na escola, é um letramento porque tem significado próprio para meu povo.

As mulheres sabem os meses de plantio e da colheita e também fazem a seleção das sementes melhores para o próximo ano.

Tem que acompanhar a lua, na lua nova não é bom para plantar, na lua escura não estraga, na lua crescente planta-se bananeira e mandioca.

Outra atividade que faz parte do produto pedagógico é sobre o Grafismo e seus significados. Ele mostrou e falou de vários tipos de peneira.

Figura 19 - Peneira com Grafismo Grão de Milho (Awasi)



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2024

Figura 20 - Grafismo de volta de cipó e Kwasiapat



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2024

O grafismo volta de cipó é bastante usado nos bancos Kayabi. E praticamente todos os grafismos são usados na pintura corporal e nas peneiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o trabalho sobre letramento não é muito fácil, mas entender que temos o nosso próprio letramento, porque quando trabalhamos na escola, o que é do meu povo e os significados da cultura que aparecem no artesanato, na pintura corporal e a importância da água do nosso território. Todas as nossas lutas são importantes.

O trabalho feito com os alunos não foi fácil pois ao mesmo tempo eu nunca parei dentro do movimento indígena. Teve participação de anciãos junto comigo e os estudantes foram importantes na realização desta pesquisa.

Entendo que o trabalho não está acabado porque outros pesquisadores indígenas do meu povo darão continuidade, e, também acredito que registrar sobre a nossa cultura é um ato de luta. É uma forma de continuarmos a luta pela nossa cultura, dos nossos saberes, dos nossos conhecimentos, do respeito aos espíritos como Kopeirup que nos trouxe alimentos.

Fazer letramento não é apenas um estudo de linguagem mas é a descrição das aprendizagens indígenas do meu povo. No caso das mulheres Kawaiwete o momento que nós ficamos letradas, ou seja, que aprendemos sobre a nossa cultura é geralmente pelas outras mulheres e é por isso que a festa da menina moça é importante para os ensinamentos, também é importante saber da roça, porque somos guardiãs da semente, também é preciso saber quais alimentos podemos comer na adolescência, como amendoim não pode porque pode causar reumatismo, e a perna pode entortar. Isso quando elas ficam presa, só comem mingau de milho e pirão.

Escrever sobre a nossa cultura é um letramento de resistência para falarmos de nós, para nós mesmos e para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRANDAO, Carlos rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Org). Pesquisa participante: a partilha do saber. In *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo, Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- BIDERMAN, Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para escolas indígenas**. MEC/SEF. Brasília, 1998.
- KAYABI, Dineva Maria. **Salto Sagrado do Povo Kayabi: uma história de resistência**. Universidade do Estado de Mato Grosso; FAINDI-Pedagogia Intercultural - Barra do Bugres, 2016.
- FERREIRA, Waldinéia A. A; ZITKOSKI, Jaime. Significados de ser professor/a indígena nas narrativas de professores/as Apiaká, Kayabi e Munduruku. In. ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter. **Experiências emancipatórias e educação: A docência e a pesquisa**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de artes, 2013.
- GUNBERG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central: história e etnografia**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- ISA. **Subsistência e confecção de artefatos**. Disponível: <http://pib.socioambiental.org>
Acessado: novembro 2015.
- SIMAS, Hellen Cristina Picanço. Letramento indígena: O que prevê o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas. In: **Revista Prolíngua**, 1983.
- SCHMID, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 2006, 17(2), 11-41. Disponível: <https://www.scielo.br/>
- PONSO, Letícia Cao. Letramento Acadêmico Indígena e Quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. In: **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(57.3): 1512-1533, set./dez. 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v57n3/0103-1813-tla-57-03-1512.pdf>.
- SIMAS, Hellen Cristina Picanço. Letramento Indígena: Entre o discurso do RCNEI e as práticas de letramento na escola Potiguara de Monte-Mór. (Dissertação Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2009.
- ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e Inclusão Social. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. Possibilidade de letramento em línguas indígenas. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 51-63, jan./dez. 2016. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/42997/21540>>.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva, KNAPP, Cássio e SALES, Adriana Oliveira de. Políticas Linguísticas na Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. Disponível: <https://www.revel.inf.br/files/46428b07a66d4e8d191039e53d285737.pdf>. Acesso: 22/12/2023.

STREET, Brian V. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. Cad. Cedes, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedeksKdVBDHJ4pmgSFPY63Vfw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20/12/2023

***PRODUTO PEDAGÓGICO: LETRAMENTO COM
SABEDORES DA CULTURA E CRIANÇAS KAWAIWETE***



ORGANIZADORA: DINEVA MARIA KAYABI

***Aldeia Tatuí
2024***

APRESENTAÇÃO

Este produto pedagógico está organizado em duas partes, a primeira com três textos que foram contados pela minha mãe Maria Brites e que para mim são importantes, mas que todas as pessoas da aldeia conhecem e que faz parte das nossas histórias verdadeiras, e como letramento na escola, pelo significado que tem na nossa cultura.

A segunda parte foram as histórias ouvidas pelos alunos junto comigo e eles registraram em desenhos e texto. Esse material é muito importante para a escola para depois ser ainda mais aprofundado.

Esses são um pouco do nosso letramento,, do jeito que aprendemos as coisas da nossa cultura.

SUMÁRIO

HISTÓRIA SOBRE MOGU’U - SUCURI DE CHIFRE	4
HISTÓRIA SOBRE KARU’ARA - A MÃE DA AGUA	6
HISTÓRIA SOBRE O PAI DA MATA.....	8
A HISTÓRIA DA ORIGEM DOS ALIMENTOS E DA ROÇA	10
A HISTÓRIA DA PENEIRA	19
CONSULTORES NATIVOS.....	22

HISTÓRIA SOBRE MOGU'U - SUCURI DE CHIFRE

Dineva Maria Kayabi



Ilustração: Esmeraldo Myau Kayabi e Natália Mairaiup Mani Kayabi

A minha mãe Maria Brites, contava muito essas histórias e era quando saíamos para pescar e banhar no rio, ela explicava os cuidados que deveríamos tomar, ela nos contava muito sobre a sucuri de chifre, um dia ela estava lavando roupa na beira do rio com sua comadre Tereza e quando ela olhou, viu a cobra vindo na sua direção e ela gritou para sua comadre:

- Olha para trás comadre, uma sucuri de chifre, vamos correr.

E sua comadre estava lavando uma panela dela que era bem grande, e vendo o sucuri deixou tudo para trás, mas quando elas foram chamar as

peessoas da aldeia para ver a sucuri já não estava mais lá no local e nem a panela da comadre.

Esse local que foi visto a sucuri de chifre, era uma praia e neste local após sua aparição virou um poço fundo, e nunca a panela da sua comadre foi achada. Hoje a comunidade chama aquele lugar de poção.

Essa sucuri de chifre ainda mora nesse mesmo lugar, e outras pessoas do meu povo também já viu. Alguns pescadores vão até o poção pescar, mas o ritual é que não pode fazer nenhum barulho para não despertar a sucuri de chifre e trazer tragédia para o povo. Nesse lugar se faz pescaria em silencia e ninguém entra nessa água, pelos perigos que esse poção tem. É preciso tomar cuidado porque ele fica do ladinho, bem perto do porto onde tomamos banho.

Outras pessoas e o pajé sabem da existência da Sucuri de Chifre.

HISTÓRIA SOBRE KARU'ARA - A MÃE DA AGUA

Dineva Maria Kayabi



Ilustração: Luan Sirauyp Mani

No nosso território temos o salto sagrado, o salto Kayabi, que fica no rio dos Peixes. Ele ficou sagrado porque na vinda para Tatuí o pajé forte,

ficou lá e nunca mais saiu. Na travessia ele ficou dentro da cachoeira, antes ele tinha sonhado o que ia acontecer, ele avisou a família e agora mora lá no meio das pedras e as vezes canta a noite.

No dia que ele afundou ficou cantando durante três dias, foi uma despedida e depois afundou para sempre. Ele guarda o salto, mora no salto e dá força ao povo Kawaiwete.

Acima desse salto existe lagoas e a minha mãe Maria Brites contou que acima do salto kayabi tem uma lagoa muito bonita, minha mãe dizia que nesta lagoa não pode fazer barulho. Se fazer barulho, a água começa a subir aí tem que sair de lá. É nesse lugar que mora Karuara – mãe da água.

Quando ela era pequena, a mãe dela gostava de sair no luar para ouvir cantos de uma mulher ela dizia a ela que era a mãe da água, mãe dos peixes e ela morava nessa lagoa. Isso sempre ela nos dizia, sempre nos ensinou e aconselhou que tem que respeitar a natureza pois ela tem dono, por isso não podem tirar nada que possa desperdiçar tudo tem seu limites, e não entrar na água de qualquer jeito onde não conhece ,é perigoso fazer mal a vocês.

A mãe da água protege a água e não aceita que tire muitos peixes para desperdiçar, só da quantidade que vai comer, ela fica braba, se revolta. Por isso é preciso saber que pescar deve ter seus cuidados.

HISTÓRIA SOBRE O PAI DA MATA

Dineva Maria Kayabi



Ilustração: Lucinda do Carmo Sirayup Kayabi

Sobre o pai da mata, minha mãe contou que quando ela ir caçar com meu pai ,ela tinha muito medo de encontrar com o pai do mato, sempre o pai

andava com fumo para poder espantar os espirito mal, e quando ele percebia o grito e a catinga estranha ele já sai rápido para outra direção que ele sabia que estava correndo perigo e pedia para mãe andar rápido, as vezes até deixava os chinelo dela para trás, para que saísse do perigo.

Essas histórias sempre contavam para ter cuidado, orientando onde os netos caçam. Ela sempre dizia para que os netos não respondesse quando escutam gritos diferentes perto da serra (essa serra fica na estrada que vai para a aldeia Munduruku) também não é para ir todos os dias no mato, a caça tem limite e se não houver respeito o pai da mata e o dono dos animais podem ficar brabo e fazem mal para aqueles que não respeitaram.

E se os donos da natureza ficarem zangados e fazerem mal a pessoa, esse tipo de doença só pode ser curado pelo pajé, com fumo e ervas da própria mata que só eles conhecem, e só eles que podem pegar, porque eles sonham e conversam com o sobrenatural.

A HISTÓRIA DA ORIGEM DOS ALIMENTOS E DA ROÇA

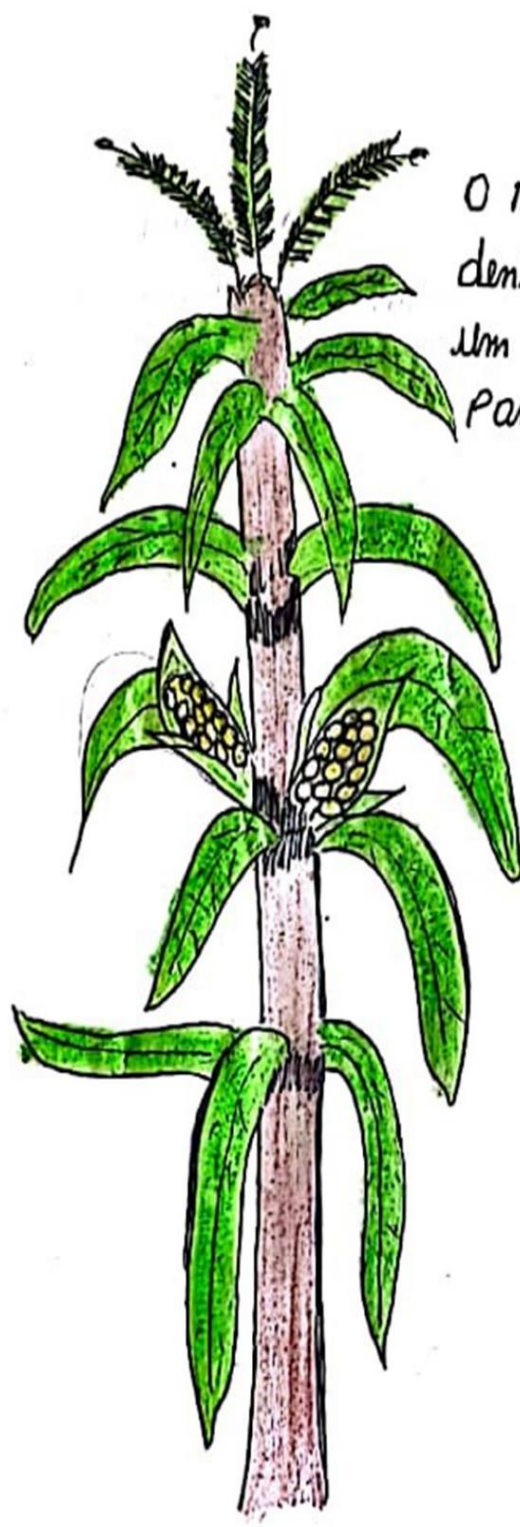
Texto produzido por Ediele Francisca Myau

A origem da Roça

A história sobre a origem dos alimentos inicia dizendo que existia um espírito que deu origem aos alimentos, esse espírito é chamado de Kupeirup. Trata-se do espírito de uma mulher que vivia no cerrado onde nada produzia e se alimentava apenas de milho e tucum.

O espírito vendo a necessidade de alimentos, seus filhos estavam passando fome, pediu para que procurassem um lugar fértil, bom para produzir alimentos. Os filhos com muita curiosidade, não desistiram perguntaram, onde iam procurar sementes, o espírito disse que eles precisavam fazer uma roça. Bem grande e depois explicaria onde tirariam as sementes.

Então os seus filhos obedeceram a sua ordem, fizeram a clareira para o lugar da roça. Depois perguntaram para ela, o que fariam e ela os orientou para levá-la para o meio da roça e colocarem fogo, seus filhos acharam estranho e ela explicou que através dela iria sair várias sementes e também disse que depois disse iria se transformar em pássaro, ficaria na beira da roça.



O milho veio do
dente da Kuperup e
um alimento sagrado
Para o povo Kawaiilete.

Texto e ilustração de Mizael Krimot

O margarito veio do dedo da
Kupēue e é um alimento sagrado
para o povo Kawaiūte.

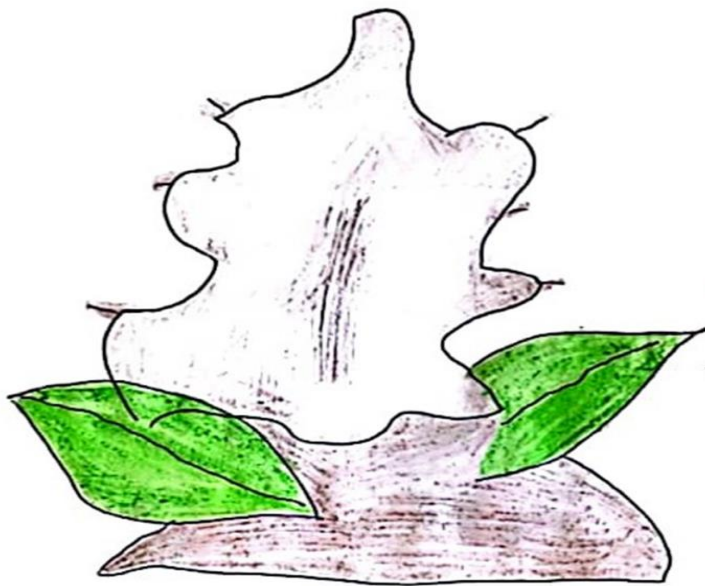


Ilustração e texto de Mizael Krimot



Ilustração e texto de Mirela Myau Mairaiup

O Cahiá veio da Cabelça da Kupevup
é um alimento, que preparamos de
vários jeitos, como cozido, cozido, frito
e o mingau que é feito e é servido
na manhã do dia.



Ilustração e texto de Suele Juporyp Kayabi



Ilustração e texto de Natália Mairaiup Mani Kayabi

Todas os produtos da roça ainda plantamos até os dias atuais e temos a sabedoria do manejo da roça de toco que é tradicional para o nosso povo.

A roça de toco é uma tecnologia milenar que o meu povo utiliza no processo da agricultura tradicional.



Ilustração de Mirela Myau Kayabi



Ilustração e texto de: Kaike Cristia Jurukatu

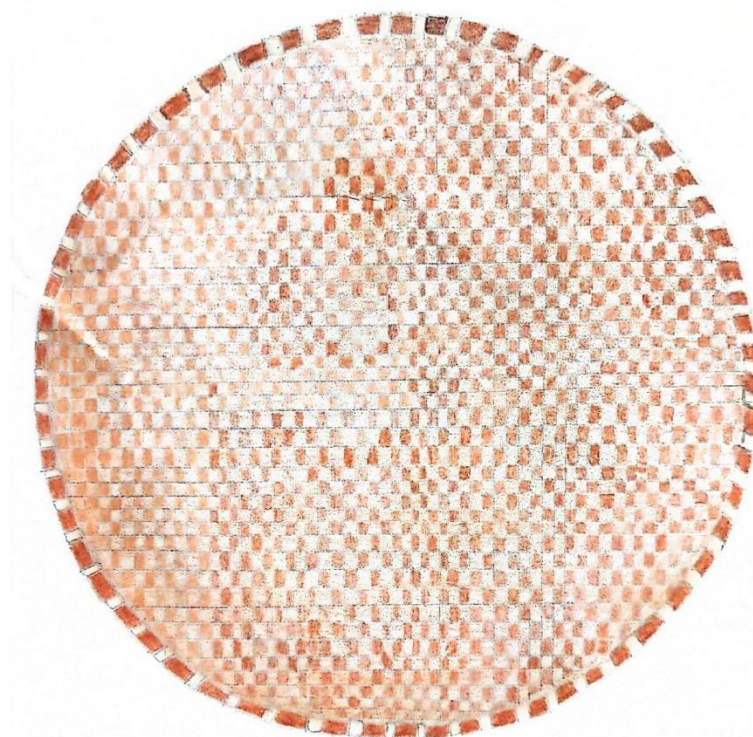
A roça é muito importante porque ela além de ser um lugar sagrado, onde habita o espírito de Kopeiru, é o lugar de onde tiramos o nosso alimento.

As mulheres escolhem o lugar onde as sementes serão plantadas e depois homens, crianças e mulheres em coletividade fazem a roça.



Ilustração da roça plantada: Edielen Francisca Myau

A HISTÓRIA DA PENEIRA



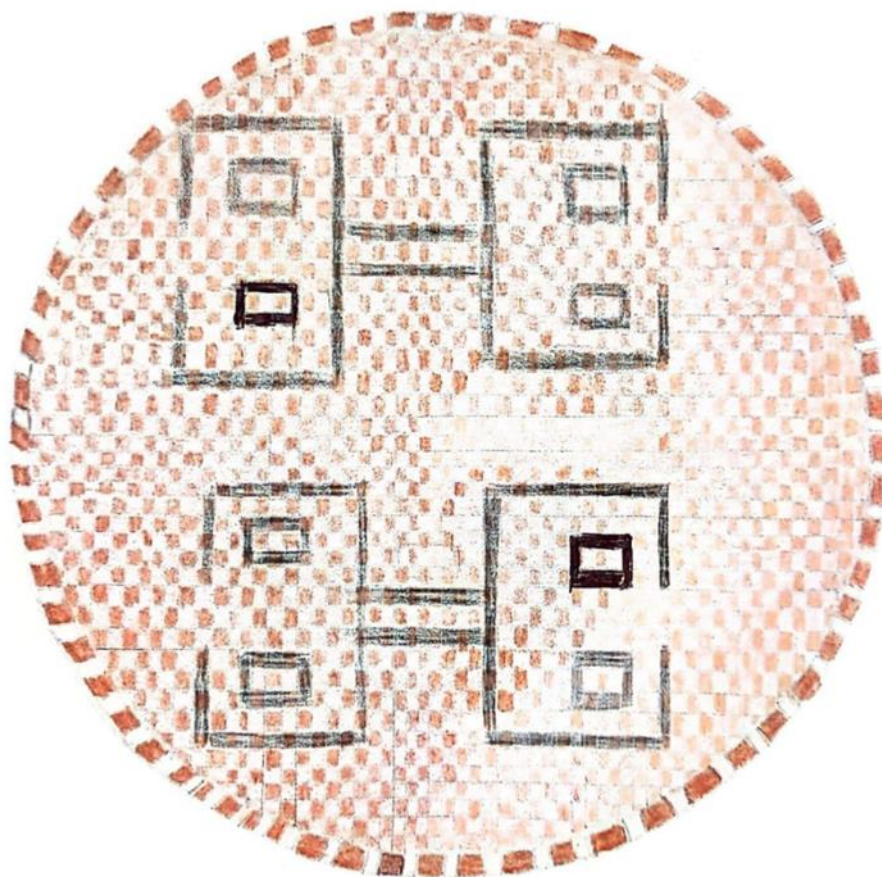
A peneira não é apenas um artesanato do meu povo kawaiwete. Ela é muito importante e usada para várias coisas. As mulheres levam na roça para trazer as batatas, os carás... As meninas a usam para pegar os peixinhos na pesca do timbó.

Existem peneiras de vários tamanhos, geralmente, as pequenas servem para selecionar sementes, peneirar a farinha de mandioca, e ela é também usada pelo pajé para afastar as doenças que não são dos brancos. A peneira do Pajé não é pintada.

YPUPEM PEMEIRA

Como começo o processo de fazer uma peneira
letras, mas primeiro. In no mata lusca, yurup. trazer
para casa logo depois parti em tiras e colocar no sol
para ficar no máximo três dia para ficar bem no
feito seco. In tirando os fitos do yurup depois de pronto
já inicia o fazer uma peneira chamada de KURURU'i.

ai qui vem o matematico no cabeça do professor porque
tem que certo nas medidas certas brto peneira leva um
vinte dia para ficar pronto depois de feito coloca os cipó
para apimar ai vai para amarrar cada um para o
terminar. vai para o mata lusca tinta trazer e
começar a pintura brto pintura no i porrado no dia de
sol quente depois de tudo pronto, nesse hora utilizar de
fios algodão ou colocar bolinha de feito ou mesmo para
confeitar no cabeça do bibe quando in para ruca e outros lugares
quando i época de plantio usar para colocar nome de mondoca
milho feijão amendoim não brta a importância desta peneira
porque é chamado KURURU'i e é um desenho do nariz do logoa



Essa é a pintura kururu'i – sapinho fêmea, é uma pintura usada na peneira e no corpo de mulher, mulheres jovens, pequenas, adultas ou velhas. Todas as mulheres podem usar essa pintura.

CONSULTORES NATIVOS

Maria Brites

Cezarina Krey Leite Tukumã

Raimundo Guaciari

Esmeraldo Myau